

# **AB Concessões S.A. e controladas**

Demonstrações Financeiras Individuais e  
Consolidadas Referentes ao Exercício  
Findo em 31 de dezembro de 2016 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da  
AB Concessões S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da AB Concessões S.A. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da AB Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

#### *Transações com partes relacionadas*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente a transações com partes relacionadas. Essas transações possuem condições negociadas entre as partes e definidas contratualmente. Nossa opinião não está ressalva em virtude desse assunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

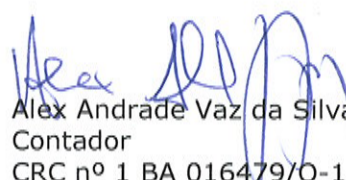
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e de suas controladas. Se concluirmos que existe a incerteza significativa, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos e condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas de controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 31 de março de 2017



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Alex Andrade Vaz da Silva  
Contador  
CRC nº 1 BA 016479/O-1 "T" SP

AB CONCESSÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015			31/12/2016	31/12/2015		
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	122	358	148.356	235.705	Empréstimos e financiamentos	8	-	-	46.511	-
Contas a receber de clientes	4	-	-	65.171	66.188	Debêntures	9	-	-	890.261	790.764
Contas a receber de partes relacionadas	11	3.769	409	-	-	Fornecedores	10	1.552	3.857	87.079	87.184
Despesas antecipadas		-	-	1.546	3.107	Fornecedores - partes relacionadas	11	29.519	3.315	6.438	1.512
Impostos a recuperar		344	333	10.366	7.388	Obrigações tributárias		1.386	137	55.027	58.535
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	129.486	60.060	Credor pela concessão	12	-	-	37.526	34.447
Dividendos a receber	5	108.204	112.699	-	-	Obrigações sociais e trabalhistas		3.544	4.742	15.733	14.908
Outros ativos		963	977	5.825	4.381	Provisão para manutenção e investimentos	14	-	-	166.136	186.541
Total do ativo circulante		<u>113.402</u>	<u>114.776</u>	<u>360.750</u>	<u>376.829</u>	Outras contas a pagar		101	17	26.616	25.465
						Total do passivo circulante		<u>36.102</u>	<u>12.068</u>	<u>1.331.327</u>	<u>1.199.356</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Debêntures - partes relacionadas	11	1.928.988	1.660.799	1.928.988	1.660.799	Debêntures	9	-	-	1.283.839	1.301.766
Contas a receber de partes relacionadas	11	80.876	67.394	80.876	67.394	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	13	1.258	1.048	41.582	21.879
Contas a receber do Poder Concedente	4	-	-	78.025	54.086	Credor pela concessão	12	-	-	30.403	59.220
Dividendos a receber	5	5.785	5.785	-	-	Provisão para manutenção e investimentos	14	-	-	151.891	173.862
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	9.752	9.752	193.747	178.620	Dividendos a pagar	15	160.578	127.009	160.578	127.009
Impostos a recuperar		-	-	2.914	3.417	Contas a pagar - partes relacionadas	11	1.543.361	1.667.091	-	-
Depósitos e bloqueios judiciais	13	2.134	855	63.987	18.745	Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	-	-	740.699	824.091
Investimentos	5	2.462.440	2.701.018	31.103	46.486	Total do passivo não circulante		<u>1.705.197</u>	<u>1.795.148</u>	<u>2.408.992</u>	<u>2.507.827</u>
Imobilizado		2.608	3.380	2.665	3.438	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Intangível	7	6.668	7.039	3.868.618	4.060.951	Capital social		738.653	738.653	738.653	738.653
Total do ativo não circulante		<u>4.499.251</u>	<u>4.456.022</u>	<u>6.250.923</u>	<u>6.093.936</u>	Reserva de capital		1.791.622	1.791.622	1.791.622	1.791.622
						Reservas de lucros		341.079	233.307	341.079	233.307
						Total do patrimônio líquido		<u>2.871.354</u>	<u>2.763.582</u>	<u>2.871.354</u>	<u>2.763.582</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><b>4.612.653</b></u>	<u><b>4.570.798</b></u>	<u><b>6.611.673</b></u>	<u><b>6.470.765</b></u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><b>4.612.653</b></u>	<u><b>4.570.798</b></u>	<u><b>6.611.673</b></u>	<u><b>6.470.765</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AB CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA LÍQUIDA	16	-	-	1.221.398	1.209.101
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	17	-	-	(574.705)	(586.967)
LUCRO BRUTO		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>646.693</u>	<u>622.134</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	17	(11.200)	(4.183)	(341.708)	(321.024)
Resultado de equivalência patrimonial	5	117.610	301.823	(15.383)	(52.613)
Outras receitas operacionais, líquidas	17	-	-	3.732	501
Total		<u>106.410</u>	<u>297.640</u>	<u>(353.359)</u>	<u>(373.136)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>106.410</u>	<u>297.640</u>	<u>293.334</u>	<u>248.998</u>
RESULTADO FINANCEIRO	18	42.552	(25.249)	(73.794)	(72.641)
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>148.962</u>	<u>272.391</u>	<u>219.540</u>	<u>176.357</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	6	(7.621)	-	(176.718)	(207.265)
Diferidos	6	-	9.752	98.519	313.051
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>141.341</u>	<u>282.143</u>	<u>141.341</u>	<u>282.143</u>
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	19	<u>675,45</u>	<u>1.348,33</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AB CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	141.341	282.143	141.341	282.143
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>141.341</u>	<u>282.143</u>	<u>141.341</u>	<u>282.143</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AB CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO  
LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Lucros retidos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		738.653	1.791.622	6.910	98.470	-	2.635.655
Dividendos distribuídos	15	-	-	-	(87.176)	-	(87.176)
Perda de participação em parte relacionada	1 e 15	-	-	-	(31)	-	(31)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	282.143	282.143
Destinação do lucro:							
Reserva legal		-	-	14.107	-	(14.107)	-
Dividendos a pagar		-	-	-	-	(67.009)	(67.009)
Transferência para lucros retidos		-	-	-	201.027	(201.027)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		738.653	1.791.622	21.017	212.290	-	2.763.582
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	141.341	141.341
Destinação do lucro:							
Reserva legal		-	-	7.067	-	(7.067)	-
Dividendos a pagar		-	-	-	-	(33.569)	(33.569)
Transferência para lucros retidos		-	-	-	100.705	(100.705)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u>738.653</u>	<u>1.791.622</u>	<u>28.084</u>	<u>312.995</u>	<u>-</u>	<u>2.871.354</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AB CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro líquido do exercício		141.341	282.143	141.341	282.143
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	-	(9.752)	(98.519)	(313.052)
Depreciação e amortização		2.839	996	373.732	346.824
Juros com partes relacionadas	11	(55.965)	20.310	(281.671)	(226.366)
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros		-	-	327.846	326.379
Variação monetária e juros com credores pela concessão		-	-	9.060	14.263
Provisão para manutenção e investimentos, líquida do ajuste a valor presente	14	-	-	117.099	124.119
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	13	-	1.048	22.789	27.069
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	1.659	-
Baixa do ativo intangível		-	-	134	233
Resultado de instrumentos financeiros não realizados	21	-	-	(5.566)	(28.956)
Resultado de equivalência patrimonial	5	(117.610)	(301.823)	15.383	52.613
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber e contas a receber - Poder Concedente e partes relacionadas		(3.360)	2.903	(24.581)	(20.399)
Impostos a recuperar		(11)	(5)	(2.475)	(1.501)
Despesas antecipadas e outros ativos circulantes e não circulantes		14	17	117	(250)
Depósitos e bloqueios judiciais		(1.069)	-	(45.242)	(23.985)
Fornecedores e fornecedores - partes relacionadas		33.899	4.204	14.440	(10.199)
Obrigações sociais e trabalhistas		(1.198)	846	825	2.728
Obrigações tributárias		1.249	(3.233)	175.578	208.887
Provisão para manutenção e investimentos (utilização)	14	-	-	(96.551)	(63.977)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários (utilização)	13	-	-	(3.086)	(2.546)
Apropriação da outorga variável		-	-	60	19
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(179.087)	(205.223)
Outras contas a pagar		84	3	1.153	10.936
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		213	(2.343)	464.438	499.759
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>					
Dividendos recebidos		101.247	64.860	-	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(1.696)	(3.005)	(253.304)	(252.341)
Aumento de capital em controlada	5	(100.000)	-	-	(27.500)
Caixa incorporado		-	845	-	(149)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		(449)	62.700	(253.304)	(279.990)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Debêntures:					
Captação		-	-	244.041	530.000
Pagamento de principal		-	-	(230.790)	(461.993)
Pagamentos de juros de debêntures		-	-	(291.076)	(224.566)
Empréstimos e financiamentos:					
Captação		-	-	44.953	-
Contas a receber - partes relacionadas		-	-	-	(27.500)
Dividendos pagos		-	(60.000)	-	(60.000)
Liquidação de outorga fixa	12	-	-	(34.858)	(32.376)
Liquidação de instrumento financeiro	21	-	-	(30.753)	(37.077)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		-	(60.000)	(298.483)	(313.512)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(236)	357	(87.349)	(93.743)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		358	1	235.705	329.448
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - NO FIM DO EXERCÍCIO		122	358	148.356	235.705

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## AB CONCESSÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A AB Concessões S.A. ("Sociedade"), sediada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, foi constituída em 16 de dezembro de 2011 e permaneceu sem atividades e sem registros contábeis até 29 de junho de 2012, quando recebeu, por conferência de bens, o investimento na controlada Triângulo do Sol Participações S.A.

A Sociedade é o resultado de uma combinação de negócios entre o grupo italiano Atlantia, um dos maiores em concessões rodoviárias do mundo, e o grupo brasileiro Bertin, que opera importantes concessionárias nos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

A Sociedade, após as reestruturações societárias ocorridas em 2015 e descritas a seguir, passou a ser a controladora direta das seguintes concessionárias: Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. ("Triângulo do Sol"), Rodovias das Colinas S.A. ("Colinas") e Concessionária da Rodovia MG050 S.A. ("Nascentes das Gerais"), e da empresa Soluciona Conservação Rodoviária Ltda., além de controlar em conjunto a Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("Rodovias do Tietê").

#### Transações societárias

Em 27 de março de 2015, a então controlada Atlantia Bertin Concessões S.A. constituiu a Soluciona Conservação Rodoviária Ltda. ("Soluciona"). A Soluciona tem por objeto a prestação de serviços de conservação dos elementos que compõem o sistema rodoviário dentro dos limites da faixa de domínio das concessionárias que adquirirem seus serviços.

Como parte do processo de simplificação da estrutura societária, resultante da combinação do grupo italiano Atlantia e do grupo brasileiro Bertin, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de junho de 2015 foi aprovada a incorporação, pela controlada Atlantia Bertin Concessões S.A., da Triângulo do Sol Participações S.A., até então controladora da Atlantia Bertin Concessões S.A. e controlada direta da Sociedade. O patrimônio líquido contábil da Triângulo do Sol Participações S.A. foi avaliado por peritos independentes pelo valor de R\$2.971.378 em 30 de abril de 2015. Desse valor, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação, foi descontado o valor do investimento devido pela Triângulo do Sol Participações S.A. na Atlantia Bertin Concessões S.A., de R\$2.968.006. Assim, o acervo líquido incorporado, e o conseqüente aumento de capital na Atlantia Bertin Concessões S.A., foi de R\$3.372, com emissão de 402.164 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando a Sociedade a ser a controladora direta da Atlantia Bertin Concessões S.A.

Os saldos e o acervo líquido incorporados estão apresentados conforme demonstrado a seguir:

Ativo:	
Circulante	25.996
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	<u>22.624</u>
Acervo líquido incorporado	<u>3.372</u>

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2015, foi aprovada a cisão total da controlada Atlantia Bertin Concessões S.A. e a incorporação de seu acervo cindido pela Sociedade (incorporação direta) e pelas concessionárias de controle direto da própria Sociedade.

O patrimônio líquido contábil da Atlantia Bertin Concessões S.A. foi avaliado por peritos independentes em 30 de abril de 2015, e, após a cisão anteriormente mencionada, a Sociedade incorporou, em 31 de julho de 2015, os ativos e passivos conforme demonstrado a seguir:

Ativos:		
Circulante		187.636
Não circulante		1.124.463
Passivos e patrimônio líquido:		
Circulante		31.926
Não circulante		1.280.173

Com o processo de cisão da controlada direta Atlantia Bertin Concessões S.A., a Sociedade passou a ser a controladora direta das concessionárias Triângulo do Sol, Colinas, Nascentes das Gerais e Solucionar, além de controlar em conjunto a Rodovias do Tietê. As ações de titularidade da Atlantia Bertin Concessões S.A. foram extintas em razão da cisão e, simultaneamente, foram emitidas novas ações que foram entregues à Sociedade, única acionista da Atlantia Bertin Concessões S.A.

As controladas Triângulo do Sol, Colinas e Nascentes das Gerais incorporaram os seguintes saldos na cisão da controladora Atlantia Bertin Concessões S.A.:

	<u>Triângulo do Sol</u>	<u>Colinas</u>	<u>Nascentes das Gerais</u>
Ativos:			
Circulante:			
Contas a receber - partes relacionadas	686	765	7.401
Não circulante:			
Benefício fiscal sobre concessão incorporada (*)	97.151	85.216	-
Passivos e patrimônio líquido:			
Circulante:			
Contas a pagar - partes relacionadas	(2)	-	-
Acervo líquido incorporado	<u>97.835</u>	<u>85.981</u>	<u>7.401</u>

(\*) Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o direito de concessão das controladas, o qual foi adquirido anteriormente pela Atlantia Bertin Concessões S.A. Com a cisão e posterior incorporação pelas controladas da parcela cindida da Atlantia Bertin Concessões S.A., as controladas passam a ter o direito do aproveitamento desse benefício fiscal, nos montantes de R\$97.151 para a Triângulo do Sol e de R\$85.216 para a Colinas, que correspondem a 34% do valor pago na aquisição do direito de concessão, registrados na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos". Conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 319/99 e respectiva nota explicativa emitida pela CVM e interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, bem como pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, esses impostos diferidos ativos tiveram como contrapartida a rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido das controladas e, na Sociedade, foram reconhecidos como equivalência patrimonial do exercício, uma vez que o benefício fiscal foi apurado após a conclusão da combinação de negócios ocorrida em 2012. Esse benefício será realizado de forma proporcional à amortização fiscal do direito de concessão que o originou, conforme mencionado anteriormente, e durante o prazo remanescente da concessão de cada controlada.

A seguir o objeto social das controladas diretas:

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. ("Triângulo do Sol")

A Triângulo do Sol é uma sociedade por ações, situada no município de Matão, Estado de São Paulo, e iniciou as suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997. Tem como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Catanduva, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro. No contrato firmado com o D.E.R., compete à Triângulo do Sol a execução e gestão dos serviços delegados, do apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo inicial predeterminado de 20 anos. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 16, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 37 meses sem alteração do valor do ônus fixo nem do prazo de pagamento original. Dessa maneira, o período de exploração da concessão será até 18 de julho de 2021.

A Triângulo do Sol assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão que, em 31 de dezembro de 2016, estavam concluídos:

Obras

Na SP-326 - Rodovia Brigadeiro Faria Lima

- Implantação da segunda pista no trecho compreendido entre o km 293 e o km 378,85.

Nessa rodovia foi implantada a segunda pista do km 313,25 ao km 330,5, tendo como parâmetro o nível de Veículo Diário Médio - VDM estipulado no edital de concessão, cujas obras se iniciaram no final de 2014 e foram concluídas em 2016.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Triângulo do Sol assumiu o compromisso de pagar um valor fixo a ser liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em junho de 1998. Esse valor tem sido reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento é efetivamente aplicado à tarifa de pedágio. Assumiu também o compromisso de pagar a um valor variável correspondente a 3% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas mensalmente.

Rodovias das Colinas S.A. ("Colinas")

A Colinas é uma sociedade por ações, situada no município de Salto, Estado de São Paulo, e iniciou efetivamente suas operações em 2 de março de 2000, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 41.773, de 12 de maio de 1997. Tem como atividades a operação, as ampliações e a manutenção do Lote 13 - Malha Rodoviária Estadual de ligação entre os municípios de Rio Claro, Piracicaba, Tietê, Jundiaí, Itu e Campinas. O contrato de concessão tem como objetivo a execução, a gestão e a fiscalização dos serviços delegados, dos serviços de apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo predeterminado de 240 meses, com início em março de 2000. Em dezembro de 2006, por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 19/06 do Contrato de Concessão nº 012/CR/00, foi autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP a prorrogação do prazo de concessão por mais 100 meses, sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original, sendo ampliado o prazo da concessão para 340 meses, com término em 30 de junho de 2028, reconhecido pelo Termo Aditivo e Modificativo nº 18/06. Em complemento ao reequilíbrio reconhecido no Termo Aditivo e

Modificativo nº 18/06, a Colinas formalizou a compensação nas parcelas mensais do ônus fixo das diferenças de majoração supervenientes de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (2% para 3%) a partir de março de 2007 até fevereiro de 2020.

A Colinas assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

#### Obras a serem executadas

##### Rodovia SP-300 - Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto e Marechal Rondon

- Duplicações do km 149,96 ao km 158,65 (Porto Feliz/Itu), sendo divididas nas seguintes etapas: do km 149,96 ao km 152,3 (Porto Feliz/Tietê) e do km 155,345 ao km 157,4 (Porto Feliz/Tietê).
- Implantações: viadutos e dispositivos de retorno no km 150,4 – Porto Feliz.

##### Rodovia SP-127 - Rodovia Antonio Romano Schincariol, Rodovia Cornelio Pires e Rodovia Fausto Santomauro

- Duplicações do km 51 ao km 83 (Saltinho/Tietê), sendo divididas nas seguintes etapas: do km 62,3 ao km 63,64, do km 55,3 ao km 58,48 e do km 51 ao km 52,2 (Saltinho/Tietê). Duplicação do km 88 ao 105,9 (Cerquilha/Tatuí), sendo dividida nas seguintes etapas: do km 95,71 ao km 97,04 (Cerquilha) e do km 98,47 ao km 105,9 (Cerquilha).
- Implantações: dispositivos de retorno – viaduto no km 58,5 (Rio das Pedras), km 62,85 (Tietê) e km 96,9 (Cerquilha).

#### Obras concluídas

##### Rodovia SP-300 - Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto e Marechal Rondon

- Duplicações: do km 64,6 ao km 103 (trecho Jundiá/Itu), do km 108,9 ao km 136,6 (Itu/Porto Feliz), do km 140,825 ao km 144,120 (Porto Feliz/Tietê) e do km 157,4 ao km 158,65 (Porto Feliz/Tietê). Adicionalmente, foram implantados dispositivos de retorno, além de outros melhoramentos determinados pelo Poder Concedente quando da assinatura do contrato.

##### Rodovia SP-127 - Rodovia Professor Francisco da Silva Pontes, Rodovia Antonio Romano Schincariol, Rodovia Cornelio Pires e Rodovia Fausto Santomauro

- Duplicações: do km 39,9 ao km 50,52 (Piracicaba/Rio das Pedras/Saltinho) e do km 51 ao km 83 (Saltinho/Tietê), com as seguintes etapas: do km 76 ao km 81,2 (Porto Feliz), do km 82,08 ao km 83 (Tietê), do km 83 ao km 88 (Tietê/Cerquilha), do km 91,5 ao km 95,71 (Cerquilha) e do km 97,04 ao km 98,47 (Cerquilha). Também, implantação de vias marginais do km 77,9 ao km 79. Adicionalmente, foram implantados dispositivos de retorno, além de outros melhoramentos e recuperação e manutenção do Contorno de Piracicaba - SP-127 e implantação de ponte no km 82,4 (Rio Tietê).

##### SP-280 – Rodovia Presidente Castelo Branco

- Implantação de faixas adicionais do km 110 ao km 122,7 – pista leste Boituva e do km 104,1 ao km 122,7 – pista oeste Porto Feliz/Boituva.

##### SPI-102/300 - Anel Viário Itu

- Implantação de 7,1 quilômetros do Anel Viário de Itu, ligando as rodovias SP-300 no km 102 à SP-075 na altura do km 32, com a execução de obras de arte especiais.

SP-075 - Rodovia Santos Dumond, José Ermírio de Moraes, Deputado Archimedes Lammoglia, Prefeito Helio Steffen e Engenheiro Ermênio de Oliveira Pentead

- Duplicação do km 36,6 ao km 38,85, além da implantação de passarelas e outros elementos de segurança.
- Reformulação do Trevo de Salto no km 39.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Colinas assumiu o compromisso de pagar um valor fixo a ser liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em março de 2000. Esse valor tem sido reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio. Assumiu também o compromisso de pagar um valor variável correspondente a 3% da receita de pedágio e 25% das receitas acessórias efetivamente obtidas mensalmente.

As tarifas de pedágio das controladas Colinas e Triângulo do Sol são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio de cada ano. Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP (ou "Poder Concedente"), de 27 de junho de 2011, o Poder Concedente elaborou e as controladas concordaram com os Termos Aditivos e Modificativos nº 22 e 25, de dezembro de 2011, que definiu a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual, com o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor das controladas ou do Poder Concedente, por meio de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas desse Termo Aditivo e Modificativo passariam a vigorar a partir de 1º de julho de 2013. Entretanto, por Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP de 27 de junho de 2013, a ARTESP autorizou o reajuste das tarifas de pedágio a partir de 1º de julho de 2013 mantendo como índice o IGP-M, conforme previsto nos termos originais do contrato de concessão.

Conforme determinação do governador do Estado de São Paulo, o reajuste das tarifas das controladas Colinas e Triângulo do Sol não foi repassado aos usuários, sendo o ônus dessa medida assumido pelo Estado. A compensação dos impactos dessas medidas está sendo analisada pela ARTESP. Até o momento foram determinados os seguintes procedimentos de compensação: (a) redução de 50% dos pagamentos variáveis mensais efetuados (ônus variável) para os meses de agosto a outubro de 2013; e (b) implantação da cobrança dos eixos suspensos para caminhões. A redução do ônus variável deverá ser formalizada por meio de um Termo Aditivo e Modificativo específico, e a cobrança dos eixos suspensos para caminhões está em vigor desde a publicação da resolução do Governo do Estado de São Paulo. Outras medidas em estudo para a compensação dos impactos do não repasse do reajuste das tarifas são: (a) utilização de eventuais créditos que o Poder Concedente detenha contra as controladas; e (ii) se houver necessidade, utilização do pagamento dos valores fixos mensais (ônus fixo) devidos. Para que essas medidas entrem em vigor é necessária a aprovação do Poder Concedente.

Em 28 de junho de 2014, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2014. O percentual da Colinas foi ajustado em 5,51% e o da Triângulo do Sol, em 5,72%, percentuais estes em desacordo com o que prevê os Termos Aditivos Modificativos nº 22 e 25 de 2011, que prevêem o reajuste das tarifas pela variação do IPCA com base em maio. As controladas desconhecem a forma de cálculo utilizada para a definição do reajuste, o que evidencia a unilateralidade da medida.

Em 27 de junho de 2015, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2015, em 4,11%. Em 26 de junho de 2015, foi celebrado entre a Triângulo do Sol e Colinas e a ARTESP o Termo de Rerratificação aos Termos Aditivos e Modificativos nº 22/11 e nº 25/11, o qual estabelece que a partir de 1º de julho de 2015, para fins de reajuste da base tarifária quilométrica anual, será utilizado o índice de menor variação percentual apurado entre o IGP-M e o IPCA, preservado às concessionárias o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio de aumento do prazo da concessão, a ser formalizado por aditivo contratual.

Em 30 de junho de 2016, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2016, tanto para a Colinas quanto para a Triângulo do Sol em 9,32%.

#### Concessionária da Rodovia MG050 S.A. ("Nascentes das Gerais")

A Nascentes das Gerais é uma sociedade por ações, situada no município de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, e iniciou suas atividades em 22 de maio de 2007, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Patrocinada para exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas do Governo do Estado de Minas Gerais - SETOP e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 43.702, de 24 de janeiro de 2003. A Nascentes das Gerais é uma Parceria Público-Privada de Propósito Específico conforme a Lei nº 11.074/04 e tem como atividade a operação, as ampliações e a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR-265, BR-491, do km 0,00 ao km 4,65, e trecho São Sebastião do Paraíso - divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada. O contrato de concessão tem como objetivo a execução e a gestão dos serviços delegados e do apoio na execução dos serviços não delegados e a gestão e fiscalização dos serviços complementares pelo prazo de 25 anos, com início em junho de 2007; as cláusulas contratuais vêm sendo devidamente cumpridas.

Os riscos relacionados à demanda de tráfego da rodovia em relação ao volume projetado no estudo preliminar de tráfego, constante no contrato de concessão, são compartilhados entre as partes na proporção de 50% para a Nascentes das Gerais e de 50% para a SETOP, sendo essas consequências consideradas na determinação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. As variações da receita de pedágio verificadas a maior ou a menor, dentro da faixa de até 10%, são de responsabilidade integral da Nascentes das Gerais, e as variações acima da faixa de 10% são compartilhadas entre a Nascentes das Gerais e a SETOP, conforme antes especificado.

Em 1º de julho de 2013 foi assinado o 6º Termo Aditivo ao contrato de concessão, que: (a) alterou o cronograma de execução das intervenções obrigatórias para reequilíbrio econômico-financeiro e adequação gerencial constante no 5º Termo Aditivo; (b) alterou o plano de negócios da Rodovia constante no 5º Termo Aditivo; e (c) alterou o quadro de indicadores de desempenho constante no 5º Termo Aditivo.

Em 23 de dezembro de 2014 foi assinado o 7º Termo Aditivo ao contrato de concessão, que: (a) alterou o cronograma de execução das intervenções obrigatórias para reequilíbrio econômico-financeiro e adequação gerencial constante no 6º Termo Aditivo; (b) alterou o plano de negócios da Rodovia constante no 6º Termo Aditivo; e (c) alterou o quadro de indicadores de desempenho constante no 6º Termo Aditivo. Após a assinatura do 7º Termo Aditivo, a Nascentes das Gerais assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes do contrato de concessão patrocinada:

## a) Rodovia MG-050

- Duplicação do trecho compreendido entre o km 84,7 e o km 89,5, localizado no município de Itaúna, com implantação de três interseções, com execução de duas passagens inferiores de veículos e pedestres e uma passagem superior (concluídas).
- Duplicação do trecho compreendido entre o km 57,6 e o km 61,1, localizado no município de Juatuba, com implantação de uma passagem inferior de veículos e de pedestres e duas passagens inferiores de pedestres, além de vias marginais (concluídas).
- Duplicação do trecho compreendido entre o km 61,1 e o km 66,95, localizado entre os municípios de Juatuba e Mateus Leme, com implantação de três passagens inferiores de veículos e de pedestres, um dispositivo de retorno com três passagens superiores e duas passagens inferiores de pedestres e uma passarela de pedestres (concluídos).
- Implantação de ponte sobre o Rio Itapeçerica e passagem inferior para travessia de pedestres no km 122, localizado no município de Divinópolis (concluída).
- Passarela de pedestres no km 62,8 (concluída).
- Duplicação do trecho compreendido entre o km 200,32 e o km 201,94, localizado no município de Formiga, com implantação de dois dispositivos de retorno em nível (concluídas).
- Alteração de traçado e greide travessia do município de Córrego Fundo com implantação de ponte, do km 212,4 ao km 213,15, com 0,75 quilômetro de extensão (concluídas).
- Realização de 23,5 quilômetros de adequações geométricas, com correções do traçado da rodovia (concluída).
- Implantação de 29,3 quilômetros de acostamento (concluída).
- Implantação de 68,7 quilômetros de terceira faixa (concluída).
- Duplicações ao longo da rodovia, totalizando 52,9 quilômetros.
- Correções de traçado ao longo da rodovia, totalizando 49,4 quilômetros.
- Implantação de terceira faixa ao longo da rodovia, totalizando 113,2 quilômetros.
- Implantação de interseções, rotatórias alongadas e dispositivos em nível, totalizando 56 quilômetros.

## b) Rodovia BR-491

- Duplicação do trecho compreendido entre o km 1,5 e o km 4,45, localizado no município de São Sebastião do Paraíso, com implantação de dois retornos em desnível, duas passagens superiores e duas passarelas para travessia de pedestres (concluídas).

## c) Rodovia BR-265

- Implantação de 19,1 quilômetros de terceira faixa (concluída).

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos dos prazos das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

As controladas estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2016, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

<u>Natureza dos custos</u>	<u>Triângulo do Sol</u>	<u>Colinas</u>	<u>Nascentes das Gerais</u>	<u>Total</u>
	<u>Previsão de 2017 a 2018</u>	<u>Previsão de 2017 a 2019</u>	<u>Previsão de 2017 a 2028</u>	
Investimentos na infraestrutura	52.607	79.973	664.000	796.580
Manutenção e recuperação	139.923	151.107	262.000	553.030
<b>Total</b>	<b>192.530</b>	<b>231.080</b>	<b>926.000</b>	<b>1.349.610</b>

As estimativas de investimentos foram calculadas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- Investimentos que geram potencial de receita adicional: registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- Investimentos que não geram potencial de receita adicional: registrados considerando a totalidade dos contratos de concessão e apresentados a valor presente na data de transição.

As concessionárias, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverão devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequentemente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

Com a finalidade de atender às obrigações de conservação do pavimento do contrato de concessão, a Administração revisou os planos de investimentos da Colinas e da Triângulo do Sol em dezembro de 2014. Os trabalhos de manutenção profunda que garantem maior durabilidade do pavimento foram antecipados a fim de garantir um melhor aproveitamento de recursos, maior benefício econômico-financeiro e operacionalidade da infraestrutura.

Em 31 de dezembro de 2016, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam capital circulante negativo no montante de R\$970.577 decorrente, principalmente, do aumento da dívida das controladas devido a gastos com manutenção e investimentos durante o exercício. Conforme mencionado na nota explicativa nº 24, houve aumento de capital na controlada Nascentes das Gerais que foi utilizado para o resgate total antecipado da 2ª série de suas debêntures da 3ª emissão, no valor total de R\$70.000. Negociações para um novo refinanciamento dessa dívida já estão em curso, com o objetivo final de alongar o perfil da dívida remanescente. Como alternativa para o alongamento da dívida, a controlada poderá obter recursos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e outros agentes financeiros, e, caso os financiamentos não sejam obtidos, a controlada contará, ainda, com o aporte de capital da controladora.

## 2. BASE PARA APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

### Base de mensuração, consolidação, moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, e são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade.

Nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade, as demonstrações financeiras das controladas e da controlada em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as informações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Sociedade. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Sociedade e de suas controladas relacionadas na nota explicativa nº 1 e foram preparadas de acordo com os seguintes principais critérios:

- a) Eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas.
- b) Eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida.
- c) Eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

### Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos na data da transferência de controle da adquirida (data de aquisição). Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A reserva de capital é decorrente do direito de concessão adquirido na combinação de negócios e foi registrada como contrapartida do custo da combinação de negócios excedente à participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes identificáveis assumidos.

Nas demonstrações financeiras individuais, a Sociedade aplica a interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, que requer que o montante excedente ao custo de aquisição da participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos identificáveis da adquirida, na data de aquisição, seja reconhecido como direito de concessão adquirido na combinação de negócios, que é acrescido ao valor contábil do investimento. O valor justo líquido dos ativos adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos identificáveis que exceder o custo de aquisição é reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e dos passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritas anteriormente.

#### Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação da taxa utilizada na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos a valor presente, determinação de provisão para manutenção e investimentos, provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários e cronograma esperado de desembolsos e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas estão descritas a seguir:

#### a) Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão patrocinada conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito a: (i) aplicação da interpretação do contrato de concessão; (ii) determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível; e (iii) avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão. Os contratos de concessão das controladas receberam o tratamento contábil de ativo intangível devido às características mencionadas na nota explicativa nº 1.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance dessa interpretação técnica, a concessionária atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

b) Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade e de suas controladas avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorre quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação ou melhoria da infraestrutura, que apresente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da incorporação da construção, tendo como contrapartida o ativo intangível.

Nos casos de contrato de concessão patrocinada, o reconhecimento dos ativos intangíveis segrega, principalmente, os investimentos em dois grupos: investimentos que geram potencial de receita adicional e investimentos que não geram potencial de receita adicional.

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 14.

c) Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

d) Determinação das receitas de construção

Quando são prestados serviços de construção deve-se reconhecer a receita correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização da receita de construção, a Administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização desses serviços, aos custos de gerenciamento e de acompanhamento da obra e da empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com o pronunciamento contábil CPC 17 (R1) – Contratos de Construção. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as controladas reconheceram, como receita de construção, os montantes de R\$217.919 e R\$226.417, respectivamente, e custo de construção nos mesmos valores.

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra ("stage of completion"), apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

- e) Provisão para manutenção e investimentos referente ao contrato de concessão e contrato de concessão patrocinada

A contabilização da provisão para manutenção e investimentos, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa de manutenção do exercício ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, calculado a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade são:

#### 2.1. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (b) investimentos mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros "disponíveis para venda"; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria "empréstimos e recebíveis", descritos como segue:

##### Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros nas demonstrações financeiras consolidadas são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 3), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 4), contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 11), aplicações financeiras, debêntures e outros ativos, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

- a) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e maturação por período inferior a 90 dias da data da aquisição.

- b) Contas a receber de clientes

Apresentadas pelo seu valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. As controladas apresentam valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas históricas de perda. As controladas não constituem provisão para redução de contas a receber por não haver histórico de perdas.

c) Contas a receber de partes relacionadas

Apresentadas pelo seu valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras.

d) Debêntures com partes relacionadas

Inclui principal e juros a receber até a data do balanço conforme os termos dos contratos descritos na nota explicativa nº 11.

## 2.2. Ativo intangível

### Ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

As controladas reconheceram ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo amortizado, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida linearmente no resultado com base no prazo remanescente de concessão a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

### Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado linearmente com base no prazo remanescente de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

### Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo amortizado, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

## 2.3 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Administração revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda. As análises são feitas individualmente para cada concessionária e são calculados os montantes recuperáveis dos ativos de cada concessionária com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

#### 2.4. Custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

#### 2.5. Instrumentos financeiros passivos

Classificados como: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; ou (b) outros passivos financeiros.

Nas datas dos balanços a Sociedade e suas controladas possuíam passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos principais instrumentos financeiros passivos é como segue:

##### a) Instrumentos de dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais. A Sociedade e suas controladas não operam com instrumentos de patrimônio.

##### b) Empréstimos e financiamentos e debêntures

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

##### c) Credor pela concessão

Corresponde preponderantemente às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano (Colinas) e 6% ao ano (Triângulo do Sol), conforme critérios divulgados nas notas explicativas nº 1 e nº 12. O montante da obrigação ajustado a valor presente, calculado na época em que as transações se originaram, foi registrado em contrapartida do ativo intangível, em que está registrado o direito de exploração. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras", pelo transcorrer do prazo da concessão.

### Instrumentos de "hedge"

As controladas designam certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com juros e correção monetária das debêntures como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", as controladas documentam a relação entre o instrumento e o item do objeto, com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, as controladas documentam se o instrumento usado em uma relação é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item do objeto, atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota explicativa nº 21 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge" de valor justo.

"Hedge" de valor justo: "hedge" de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como "hedge" de valor justo são registradas no resultado com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de "hedge" atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do "hedge" é descontinuada prospectivamente quando as controladas cancelam a relação de "hedge", o instrumento vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de "hedge". O ajuste ao valor justo do item objeto de "hedge", oriundo do risco de "hedge", é registrado no resultado a partir dessa data.

#### 2.6. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

##### Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

##### Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base nos saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, dos riscos cíveis, trabalhistas e tributários, dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis e sobre o ajuste a valor justo gerado na combinação de negócios, conforme a nota explicativa nº 6.

Os tributos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias e os tributos diferidos ativos somente quando for provável que as controladas apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização.

## 2.7. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando se tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados das controladas e controlada em conjunto. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritos na nota explicativa nº 13.

## 2.8. Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para manutenção e investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, quando aplicável, e divididas em ciclos durante o prazo da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes, quando aplicável, é calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação de taxas calculadas pela Administração. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações são preparadas por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- Credor da concessão: decorrentes das obrigações assumidas pelas controladas Colinas e Triângulo do Sol relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 5% a 6% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, e deve ser adotada consistentemente desde o registro inicial da concessão até a realização das obrigações.

## 2.9. Reconhecimento de receita

### Receita oriunda da cobrança de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários.

### Receita de contraprestação pecuniária

É oriunda do contrato de concessão patrocinada e é paga mensalmente pela SETOP à controlada Nascentes das Gerais, visando assegurar as condições necessárias para a continuidade da prestação do serviço aos usuários, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. A contabilização é feita a resultado conforme o pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, aprovado pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.305/10.

### Receita de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada e nos custos incorridos. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.d).

### Receita e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e debêntures e passivo com credor pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

#### 2.10. Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Sociedade pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado nas datas dos balanços.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados.

#### 2.11. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal. O lucro remanescente, após as destinações estipuladas por Lei, é classificado na rubrica "Lucros retidos" e tem sua destinação decidida em Assembleia Geral Ordinária. Os dividendos a pagar foram classificados no passivo não circulante, pois a Administração não tem a intenção de pagamento dentro do próximo exercício social.

#### 2.12. Pronunciamentos e interpretações técnicos emitidos recentemente e ainda não aplicados pela Sociedade e por suas controladas

Os pronunciamentos técnicos do IASB, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade e suas controladas em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A Sociedade e suas controladas implantarão tais pronunciamentos à medida que sua aplicação se tornar obrigatória, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
Alterações à IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2018)	A IFRS 9 é a primeira norma emitida como parte de um processo mais amplo para substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócio da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação da IAS 39 sobre redução ao valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de "hedge" continua aplicável. Adicionalmente, também alterou a metodologia para redução ao valor recuperável.
IFRS 15 – CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2017)	A IFRS 15 substituiu a IAS 18, IFRIC 13 e SIC 31 (CPC 30 (R1)), IAS 11 (CPC 17 (R1)), IFRIC 15 (ICPC 02) e IFRIC 18 (ICPC 11). A IFRS 15 especifica como e quando uma entidade irá reconhecer a receita aferida de contratos e relacionamento com clientes, bem como requer a tais entidades prover divulgações mais detalhadas e relevantes aos usuários das informações financeiras. Referida norma provê, em um único documento, princípios para o reconhecimento aplicáveis a todos os tipos de receitas aferidos por contratos e/ou relacionamento com clientes.
IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (em vigor para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2019)	Estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamento para ambas as partes de um contrato.

Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM em manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e pela CVM, quando ainda não o foram, até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade pretende concluir as análises até a data da aplicação obrigatória.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e contas bancárias	122	44	9.619	8.352
Aplicações financeiras (*)	-	314	138.737	227.353
<b>Total</b>	<b>122</b>	<b>358</b>	<b>148.356</b>	<b>235.705</b>

(\*) As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB com remuneração média de 96,92% a 102,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

### 4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pedágio eletrônico (a)	60.978	59.811
ARTESP - ponto a ponto (b)	35.125	24.888
ARTESP - ressarcimento (c)	3.584	-
Numerário a receber	-	781
Contraprestação pecuniária (d)	39.316	29.198
Outras	5.852	5.596
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.659)	-
<b>Total</b>	<b>143.196</b>	<b>120.274</b>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante	65.171	66.188
Não circulante	78.025	54.086

- (a) Vide nota explicativa nº 21.b).
- (b) Contas a receber do Poder Concedente da controlada Colinas referente à implantação do sistema ponto a ponto do pedágio, que, devido às perspectivas de recebimento a longo prazo, foram reclassificadas para o ativo não circulante.
- (c) Refere-se à ressarcimentos de evasão de pedágio previstos no contrato de concessão que, devido às perspectivas de recebimento a longo prazo, foram classificadas no ativo não circulante.
- (d) Contraprestação pecuniária referente à receita de subvenção obtida conforme mencionado na nota explicativa nº 1. Conforme cláusula nº 38 do contrato de concessão da controlada Nascentes das Gerais, os valores a receber de contraprestação estão garantidos pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais - CODEMIG que, em conjunto com o D.E.R./MG, atua como interveniente no contrato de concessão, por meio de depósito em conta vinculada, observado o valor mensal da contraprestação pecuniária. A controlada está reconsiderando com a SETOP o recebimento dos valores, não existindo prazo determinado para o recebimento destes.

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Sociedade e suas controladas consideram qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do exercício. O prazo médio de vencimento, exceto ARTESP e SETOP, é de 30 dias.

## 5. INVESTIMENTOS

### Controladora

Em decorrência do processo de simplificação societária realizado com a incorporação da controlada direta Triângulo do Sol Participações S.A. pela controlada indireta Atlantia Bertin Concessões S.A. e posterior cisão da controlada indireta, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Sociedade passou a ser controladora direta da Triângulo do Sol, Colinas, Nascentes das Gerais e Solucionaria, bem como controladora em conjunto da Rodovias do Tietê.

## A movimentação do investimento é como segue:

<u>Participação no investimento</u>	<u>Triângulo do Sol Participações S.A.</u>	<u>Atlantia Bertin Concessões S.A.</u>	<u>Nascentes das Gerais</u>	<u>Triângulo do Sol</u>	<u>Colinas</u>	<u>Rodovias do Tietê</u>	<u>Soluciona</u>	<u>Total</u>
	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>50%</u>	<u>100%</u>	
<u>Movimentação</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.930.214	-	-	-	-	-	-	2.930.214
Eliminação por incorporação da Triângulo do Sol Participações S.A. (a)	(2.968.006)	2.968.006	-	-	-	-	-	-
Acervo líquido incorporado (a)	(3.372)	3.372	-	-	-	-	-	-
Perda de participação reflexa em parte relacionada (a)	-	(31)	-	-	-	-	-	(31)
Baixa por cisão (b)	-	(3.005.202)	-	-	-	-	-	(3.005.202)
Acervo de investimento incorporado (b)	-	-	99.088	704.418	1.679.762	67.999	-	2.551.267
Resultado de equivalência patrimonial:								
Equivalência patrimonial	41.164	33.855	(16.658)	48.251	34.369	(21.513)	(12)	119.456
Resultado de incorporação do benefício fiscal (c)	-	-	-	97.151	85.216	-	-	182.367
Saldos com partes relacionadas incorporados (c)	-	-	7.401	684	765	-	-	8.850
Dividendos propostos	-	-	-	(44.511)	(41.392)	-	-	(85.903)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	89.831	805.993	1.758.720	46.486	(12)	2.701.018
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(58.478)	101.177	90.436	(15.383)	(142)	117.610
Dividendos distribuídos (d)	-	-	-	(133.533)	(260.000)	-	-	(393.533)
Aumento de capital em controlada (e)	-	-	100.000	-	-	-	-	100.000
Dividendos propostos	-	-	-	(43.320)	(19.335)	-	-	(62.655)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	131.353	730.317	1.569.821	31.103	(154)	2.462.440

- (a) Em 16 de julho de 2015, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, houve a incorporação, pela controlada indireta Atlantia Bertin Concessões S.A., da sua controlada direta Triângulo do Sol Participações S.A. O acervo líquido incorporado foi apurado tendo como data-base 30 de abril de 2015. Como a finalização das operações ocorreu em 16 de julho de 2015 e, nesse período entre 30 de abril e 16 de julho de 2015, ocorreram transações entre os acionistas que geraram variações de participação, a contrapartida dessas variações foi registrada em conta de reserva de capital na controlada e, de forma reflexa, na Sociedade, no valor total de R\$31. A Sociedade integralizou suas ações subscritas na Triângulo do Sol Participações S.A. à controlada indireta Atlantia Bertin Concessões S.A. como aumento de capital, no valor de R\$3.372, que foi o acervo líquido incorporado. As ações da Triângulo do Sol Participações S.A. foram extintas e simultaneamente foram emitidas, em igual número, ações de emissão da Atlantia Bertin Concessões S.A.
- (b) Em 31 de julho de 2015, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, houve cisão total da controlada indireta Atlantia Bertin Concessões S.A. e incorporação das parcelas cindidas às controladas indiretas à época (Triângulo do Sol, Colinas e Nascentes das Gerais). Com o processo de cisão, a Sociedade passou a ser a controladora direta das empresas Triângulo do Sol, Colinas, Nascentes das Gerais e Solucionaria, bem como da controlada em conjunto Rodovias do Tietê. A diferença entre os valores cindidos e os incorporados refere-se ao resultado da incorporada Atlantia Bertin Concessões S.A., anteriormente reconhecido pela Sociedade.
- (c) Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o direito de concessão da Triângulo do Sol e da Colinas, adquirido anteriormente pela Atlantia Bertin Concessões S.A., e, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, com a cisão e posterior incorporação pelas controladas (Triângulo do Sol, Colinas e Nascentes das Gerais) da parcela cindida da Atlantia Bertin Concessões S.A., essas empresas passaram a ter o direito do aproveitamento desse benefício fiscal, que corresponde a 34% do valor pago na aquisição do direito de concessão. As controladas registraram uma reserva de capital no patrimônio líquido em contrapartida da rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos". Devido ao fato de esse benefício fiscal ter sido apurado após a conclusão da combinação de negócios, a Sociedade registrou receita de equivalência patrimonial no valor do benefício fiscal reconhecido.
- (d) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de outubro de 2016, a controlada Colinas aprovou a distribuição/antecipação de dividendos adicionais de R\$130.000, sendo R\$104.283 oriundos do saldo de reserva de lucros retidos em 30 de junho de 2016 e o restante proveniente de antecipação de dividendos do exercício. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 12 de abril de 2016, as controladas Triângulo do Sol e Colinas aprovaram distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$133.533 e R\$130.000, respectivamente. Essa mesma Assembleia aprovou a compensação desses dividendos com os dividendos obrigatórios de 2015 (R\$44.511 da Triângulo do Sol e R\$41.392 da Colinas) com o saldo de debêntures e mútuo a receber da Sociedade. A Sociedade possui saldo de dividendos a receber no valor de R\$25.548 a serem distribuídos majoritariamente pela controlada Triângulo do Sol durante o exercício de 2016.
- (e) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de outubro de 2016 foi aprovado o aumento no capital social da controlada Nascentes das Gerais em R\$120.000, com a emissão de 120.000.000 de novas ações sem valor nominal, sendo integralizados na data da ata R\$90.000 em espécie, e o restante, no montante de R\$30.000, serão integralizados até o final do exercício de 2017. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2016 foi aprovada a integralização parcial do capital a integralizar, no montante de R\$10.000, em espécie.

As informações sobre as controladas são como segue:

	Controladas				Controlada em conjunto
	Nascentes das Gerais	Triângulo do Sol	Colinas	Solucionaria	Rodovias do Tietê
Participação - %	100	100	100	100	50
Ativo circulante	22.960	142.302	220.840	2.091	36.187
Ativo não circulante	840.460	1.056.620	1.656.254	296	1.557.044
Passivo circulante	640.777	392.061	400.693	2.541	48.105
Passivo não circulante	91.290	437.064	983.888	-	1.482.919
Capital social	233.526	71.000	226.145	500	303.578
Capital social a integralizar	(20.000)	-	-	(500)	-
Reservas de lucro/capital (prejuízo acumulado)	(82.173)	298.797	266.368	(154)	(241.371)
Patrimônio líquido	131.353	369.797	492.513	(154)	62.207
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(58.478)	173.281	180.211	(142)	(30.766)

A Sociedade possui dividendos a receber no valor de R\$5.785 referentes à controlada Nascentes das Gerais; entretanto, de acordo com o contrato de concessão, a controlada somente poderá efetuar a livre distribuição de dividendos e pagamento de título de participação aos acionistas no exercício seguinte àquele em que tiverem sido atendidas as condições operacionais mínimas da concessão e executadas as intervenções obrigatórias previstas para 2018.

Consolidado

As informações sobre a controlada em conjunto, Rodovias do Tietê, em 31 de dezembro de 2016 e a movimentação dos investimentos estão a seguir demonstradas:

	<u>Rodovias do Tietê</u>
Participação - %	50
Ativo circulante	36.187
Ativo não circulante	1.557.044
Passivo circulante	48.105
Passivo não circulante	1.482.919
Capital social	303.578
Prejuízo acumulado	(241.371)
Patrimônio líquido	62.207
Prejuízo do exercício	(30.766)

Movimentação dos investimentos

Saldo em 31 de dezembro de 2014	71.599
Aumento de capital	27.500
Resultado de equivalência patrimonial	<u>(52.613)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	46.486
Resultado de equivalência patrimonial	<u>(15.383)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u><u>31.103</u></u>

## 6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

## a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Na controladora, o imposto de renda e a contribuição social diferidos correspondem ao saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos correspondem aos tributos calculados sobre o direito de concessão adquirido na combinação de negócios da então controlada Atlantia Bertin Concessões S.A. e outras diferenças temporárias conforme demonstrado a seguir. Os saldos ativos serão realizados dentro do prazo de concessão de cada controlada.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Ativo</u>		
Diferenças temporárias:		
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	39.653	20.177
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	86.485	42.922
Mudança de prática contábil (ICPC 01 (R1) e OCPC 05) (a)	<u>483.554</u>	<u>426.503</u>
Base de cálculo	609.692	489.602
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total dos créditos sobre diferenças temporárias	207.295	166.465
Benefício fiscal sobre concessão incorporada (b)	<u>158.150</u>	<u>182.367</u>
Total do crédito	<u><u>365.445</u></u>	<u><u>348.832</u></u>

<u>Passivo</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Diferenças temporárias:		
Ajuste ao valor presente líquido (c)	10.177	11.818
Encargos financeiros antecipados (d)	38.162	44.184
Instrumentos financeiros	150.111	113.791
Diferenças de taxa de amortização (e)	306.545	330.831
Direito de concessão adquirido (f)	<u>2.178.525</u>	<u>2.423.798</u>
Base de cálculo	2.683.520	2.924.422
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do débito	<u>912.397</u>	<u>994.303</u>
Total líquido dos impostos diferidos	(546.952)	(645.471)
Abertura dos total líquido apresentados no ativo e passivo não circulante consolidado e por empresa:		
Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos:		
AB Concessões	9.752	9.752
Colinas	48.920	50.963
Nascentes das Gerais	36.962	7.657
Solucionária	85	8
Triângulo do Sol	<u>98.028</u>	<u>110.240</u>
	193.747	178.620
Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos:		
AB Concessões (f)	<u>(740.699)</u>	<u>(824.091)</u>
Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(740.699)</u>	<u>(824.091)</u>

- (a) O montante de R\$483.554 em 31 de dezembro de 2016 (R\$426.563 em 2015) é derivado das diferenças de critérios contábeis e fiscais.
- (b) Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o ágio de aquisição das controladas Triângulo do Sol e Colinas, que foi pago pela controladora e posteriormente incorporado pelas controladas em 31 de julho de 2015, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. O ágio que originou esse benefício fiscal foi calculado sobre a rentabilidade futura das controladas e será realizado de forma proporcional à amortização fiscal do ágio incorporado que o originou, até o prazo final da concessão.
- (c) O montante de R\$10.177 em 31 de dezembro de 2016 (R\$11.818 em 2015) foi gerado por meio do ajuste a valor presente das obrigações com o Poder Concedente (ARTESP). Esse valor é realizado mensalmente até o prazo final da concessão.
- (d) Referem-se às deduções de empréstimos, comissões e Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, retidos na liberação dos financiamentos captados para adições ao intangível e debêntures, conforme nota explicativa nº 9.
- (e) Correspondem à diferença entre a depreciação fiscal de ativos das controladas Colinas e Nascentes das Gerais, cuja vida útil fiscal está suportada por laudo preparado por avaliadores externos em relação à amortização desses ativos, classificados contabilmente como intangíveis em rodovia. O laudo que determinou a vida útil fiscal foi preparado com base na vida útil remanescente dos itens, estimativa que é comparável com as taxas de depreciação publicadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.
- (f) Refere-se ao direito de concessão adquirido com a identificação e mensuração do direito de concessão dos investimentos, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Reconciliação dos impostos

O imposto de renda e a contribuição social consolidados líquidos, correntes e diferidos, são reconciliados com a alíquota nominal desses tributos, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	148.962	272.391
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(50.647)	(92.613)
Ajustes fiscais:		
Outros ajustes (a)	3.039	(255)
Resultado de equivalência patrimonial	39.987	102.620
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	<u>(7.621)</u>	<u>9.752</u>
Correntes	(7.621)	-
Diferidos	-	9.752
	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	219.540	176.357
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(74.644)	(59.961)
Ajustes fiscais:		
Outros ajustes (a)	1.675	1.269
Benefício fiscal incorporado (b)	-	182.367
Resultado de equivalência patrimonial	(5.230)	(17.778)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(78.199)</u>	<u>(105.786)</u>
Correntes	(176.718)	(207.265)
Diferidos	98.519	313.051

(a) Referem-se a diferenças permanentes e despesas não dedutíveis, entre outras, e diferenças temporárias para as quais não foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos.

(b) Refere-se ao benefício fiscal reconhecido pela incorporação, pelas controladas Triângulo do Sol e Colinas, da Atlantia Bertin Concessões S.A., conforme mencionado na nota explicativa nº 1 e antes, nesta nota explicativa.

## 7. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Consolidado				Total
	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Marcas, patentes e direito de uso de software	Direito de concessão adquirido na combinação de negócios (c)	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.297.472	107.157	12.529	3.282.252	5.699.410
Adições	265.859	-	3.205	-	269.064
Baixas	(350)	-	-	-	(350)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.562.981	107.157	15.734	3.282.252	5.968.124
Adições	230.305	-	1.810	-	232.115
Baixas	(639)	-	-	-	(639)
Reversões (d)	(51.494)	-	-	-	(51.494)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>2.741.153</u>	<u>107.157</u>	<u>17.544</u>	<u>3.282.252</u>	<u>6.148.106</u>

	Consolidado				Total
	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Marcas, patentes e direito de uso de software	Direito de concessão adquirido na combinação de negócios (c)	
<b>Amortização acumulada</b>					
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(867.314)	(74.711)	(6.081)	(613.182)	(1.561.288)
Adições	(95.401)	(3.643)	(1.704)	(245.273)	(346.021)
Baixas	136	-	-	-	136
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(962.579)	(78.354)	(7.785)	(858.455)	(1.907.173)
Adições	(121.496)	(3.814)	(2.237)	(245.273)	(372.820)
Baixas	505	-	-	-	505
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(1.083.570)</u>	<u>(82.168)</u>	<u>(10.022)</u>	<u>(1.103.728)</u>	<u>(2.279.488)</u>

**Intangível líquido**

Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.600.402	28.803	7.949	2.423.797	4.060.951
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.657.583	24.989	7.522	2.178.524	3.868.618
Taxa média de amortização	7,57%	3,66%	20%	13,18%	-

- (a) Refere-se a itens que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. Esse valor foi ajustado a valor presente na data do seu registro original. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.
- (c) Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, ocorreram transações societárias que levaram à apuração de ajuste do direito de concessão adquirido na combinação de negócios registrada pela então controlada Atlantia Bertin Concessões S.A. Conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil, esse ajuste é amortizado pelo prazo remanescente de concessão das concessionárias que lhe deram origem.
- (d) A controlada Nascentes das Gerais revisou os investimentos que não geram receita adicional de acordo com o cronograma de obras atualizado e a melhor estimativa de desembolsos futuros, ocasionando uma reversão de R\$51.494 conforme mencionado na nota explicativa nº 14. Essa provisão está de acordo com a orientação técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, em que os serviços de construção que não representam potencial de receita adicional devem ser estimados, e seu passivo reconhecido em contrapartida ao intangível.

A Administração não identificou a necessidade de registro de provisão para redução desses ativos ao valor de recuperação em 31 de dezembro de 2016.

**8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Finalidade	Vencimento final	Taxa média de juros	31/12/2016	31/12/2015
Em moeda nacional	Maio de 2017	100% CDI + 2,85% a.a.	<u>46.511</u>	-
Total registrado no ativo circulante			<u>46.511</u>	-

Em 13 de outubro de 2016, a controlada Triângulo do Sol efetuou a emissão de Cédula de Crédito Bancário - CCB, com vencimento em 12 de maio de 2017. O montante total emitido foi de R\$45.000 e será remunerado pela variação de 100% do CDI mais 2,85% ao ano. A referida emissão não possui garantias e contém cláusulas restritiva, prevendo antecipação do vencimento, na ocorrência de eventos que aumentem indevidamente o risco de inadimplemento das obrigações assumidas.

**9. DEBÊNTURES - CONSOLIDADO**

Controlada direta	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento final	31/12/2016	31/12/2015
<b>Colinas</b>					
<b>4ª emissão:</b>					
1ª série	57.132	100% CDI + 1,5% a.a.	Outubro/2020	423.766	506.777
2ª série (*)	12.368	100% IPCA + 5% a.a.	Outubro/2020	113.830	123.628
3ª série (*)	25.500	100% IPCA + 5,7% a.a.	Abril/2023	333.847	293.981
<b>5ª emissão:</b>					
1ª série	100	CDI a 100% + 2,25% a.a.	Outubro/2017	111.728	-
<b>6ª emissão:</b>					
1ª série	15.000	CDI a 100% + 1,85% a.a.	Outubro/2019	154.729	-

<u>Controlada direta</u>	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Triângulo do Sol</u>					
2ª emissão:					
1ª série	32.402	100% CDI + 2,25% a.a.	Abril/2020	217.300	271.124
2ª série (*)	36.705	100% IPCA + 5,4% a.a.	Abril/2020	309.503	352.833
<u>Nascentes das Gerais</u>					
3ª emissão:					
3ª emissão:	5.300	100% CDI + 1,95% a.a.	Outubro/2016	-	588.371
1ª série	4.600	100% CDI + 3% a.a.	Abril/2017	475.320	-
2ª série	700	100% CDI + 3% a.a.	Outubro/2017	72.239	-
Custo de transação				(38.162)	(44.184)
Saldo líquido				<u>2.174.100</u>	<u>2.092.530</u>
Circulante				890.261	790.764
Não circulante				1.283.839	1.301.766

(\*) Essas operações estão sendo mensuradas aos valores justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo (nota explicativa nº 21).

## Colinas

### 6ª emissão

Em 10 de outubro de 2016, a controlada Colinas efetuou a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final em 10 de outubro de 2019. O montante total da emissão foi de R\$150.000, sendo 15.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10.000, em série única, as quais serão remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 1,85% ao ano.

### 5ª emissão

Em 13 de abril de 2016, a controlada Colinas efetuou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final em 13 de outubro de 2017, sendo os juros pagos na data de vencimento. O montante total da emissão foi de R\$100.000, sendo 100 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000, em série única, as quais serão remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 2,25% ao ano.

A controlada Colinas poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar, sem a incidência de prêmio, o resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures e não existem garantias.

### 4ª emissão

Em 15 de abril de 2013, a controlada Colinas efetuou a 4ª emissão de debêntures nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, em três séries (57.132 na 1ª série, 12.368 na 2ª série e 25.500 na 3ª série), com garantia real, com valor unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$950.000 na data de emissão.

As séries possuem as seguintes características:

- 1ª série: o valor nominal unitário não será atualizado e serão remuneradas com 100% da variação da taxa de Depósitos Interfinanceiros - DI e juros de 1,5% ao ano. O valor nominal unitário será amortizado em 13 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando-se em outubro de 2014, e os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, nos meses de abril e outubro, ocorrendo o primeiro pagamento em outubro de 2013.
- 2ª série: o valor nominal unitário será atualizado pelo IPCA e serão remuneradas com juros de 5% ao ano incidentes sobre o saldo devedor do valor nominal. O valor nominal unitário será amortizado em sete parcelas anuais e sucessivas, iniciando-se em outubro de 2014, e os juros remuneratórios serão pagos anualmente, no mês de outubro, ocorrendo o primeiro pagamento em outubro de 2014.

- 3ª série: o valor nominal unitário será atualizado pelo IPCA e serão remuneradas com juros de 5,7% ao ano incidentes sobre o saldo devedor do valor nominal. O valor nominal unitário será amortizado em três parcelas anuais e sucessivas, iniciando-se em abril de 2021, e os juros remuneratórios serão pagos anualmente, no mês de abril, ocorrendo o primeiro pagamento em abril de 2014.

#### Triângulo do Sol

Em 15 de fevereiro de 2013, a controlada Triângulo do Sol efetuou a 2ª emissão de debêntures nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, em duas séries, com garantia real. O valor nominal unitário de emissão foi de R\$10.

As séries possuem as seguintes características:

- 1ª série: o valor nominal unitário não será atualizado e serão remuneradas com 100% da variação da taxa de Depósitos Interfinanceiros - DI e juros de 2,25% ao ano. O valor nominal unitário será amortizado em 13 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando-se em abril de 2014, e os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, nos meses de abril e outubro, ocorrendo o primeiro pagamento em abril de 2013.
- 2ª série: o valor nominal unitário será atualizado pelo IPCA e serão remuneradas com juros de 5,4% ao ano incidentes sobre o saldo devedor do valor nominal. O valor nominal unitário será amortizado em sete parcelas anuais e sucessivas, iniciando-se em outubro de 2014, e os juros remuneratórios serão pagos anualmente, no mês de outubro, ocorrendo o primeiro pagamento em outubro de 2013.

#### Nascentes das Gerais

Em 16 de abril de 2015, a controlada Nascentes das Gerais efetuou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de espécie quirografária, com vencimento final em 16 de outubro de 2016, sendo os juros pagos na data de vencimento. O montante total da emissão foi de R\$530.000, sendo 5.300 debêntures com valor nominal unitário de R\$100, em série única, as quais serão remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 1,95% ao ano. Em 16 de abril de 2015, houve integralização total das debêntures da 3ª emissão, e os recursos foram utilizados para o pagamento das debêntures de 1ª e 2ª emissões de debêntures.

Em Assembleia Geral de Debenturistas ocorrida em 13 de outubro de 2016, foi aprovada a prorrogação da data de vencimento, bem como a divisão da 3ª emissão de debêntures em duas séries: 1ª série de 4.600 debêntures no valor total de R\$460.000 com vencimento final em 16 de abril de 2017, e 2ª série de 700 debêntures no valor total de R\$70.000 com vencimento final em 16 de outubro de 2017. A remuneração dos juros foi alterada de 100% do CDI mais 1,95% para 100% do CDI mais 3% a partir de 16 de outubro de 2016, e o pagamento de juros será feito trimestralmente.

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. Em 31 de dezembro de 2016 as controladas não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas.

As debêntures mencionadas anteriormente de todas as controladas são garantidas conforme demonstrado a seguir e não possuem cláusula de repactuação:

1. Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão das emissoras.
2. Cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos presentes e futuros, decorrentes da exploração das concessões objeto dos contratos de concessão mencionados na nota explicativa nº 1.
3. Para as debêntures da controlada Nascentes das Gerais também há garantia em forma de fiança da Sociedade.

## 10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores de serviço de construção (a)	-	-	72.937	73.605
Fornecedores de serviços operacionais (b)	-	-	12.520	9.722
Outros	1.552	3.857	1.622	3.857
Total	1.552	3.857	87.079	87.184

(a) Os principais saldos referem-se a fornecimento de obras de conservação especial.

(b) Os principais saldos referem-se, basicamente, a fornecimento de equipamentos para arrecadação de pedágio eletrônico, serviços médicos de atendimento aos usuários, combustíveis e lubrificantes, equipamentos de fibra ótica e painéis de mensagens, entre outros.

## 11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
<u>Saldos patrimoniais</u>		
Ativo circulante:		
Contas a receber - controladas (a):		
Concessionária da Rodovia MG050 S.A.	3.769	409
Ativo não circulante - controlada em conjunto:		
Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (b)	80.876	67.394
Debêntures partes relacionadas:		
Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A. (c)	1.928.988	1.660.799
<u>Fornecedores de serviços</u>		
Partes relacionadas:		
Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda.	1.382	989
SPEA Ingegneria Europea S.p.a.	311	311
CSCL Assessoria Empresarial Ltda.	167	167
Adiantamento - controladas:		
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (a)	11.997	1.081
Rodovias das Colinas S.A. (a)	15.525	577
Soluciona Conservação Rodoviária Ltda.	137	190
Total	29.519	3.315
Passivo não circulante:		
Controladas:		
Rodovias das Colinas S.A. (d)	867.594	911.396
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (d)	675.767	755.695
Total	1.543.361	1.667.091

<u>Transações</u>	Controladora	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas (despesas) de prestação de serviços:		
Concessionária da Rodovia MG050 S.A.	3.360	1.673
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	7.777	3.141
Rodovias das Colinas S.A.	9.017	3.495
Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda.	400	-
Total	<u>20.554</u>	<u>8.309</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas:		
Infra Empreendimentos e Participações S.A. (c)	268.189	99.661
Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (b)	13.482	5.154
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (d)	(98.117)	(44.487)
Rodovias das Colinas S.A. (d)	(127.589)	(80.638)
Total	<u>55.965</u>	<u>(20.310)</u>

<u>Saldos patrimoniais</u>	Consolidado	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Debêntures - empresa relacionada:		
Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A. (c)	1.928.988	1.660.799
Contas a receber - controlada em conjunto:		
Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (b)	80.876	67.394
Intangível - empresa relacionada (f):		
Contern Construções e Comércio Ltda.	-	1.500
<u>Passivo circulante</u>		
Fornecedores de serviços - ligadas:		
CSCL Assessoria Empresarial Ltda.	167	167
Concessionária SPMAR S.A.	6	6
Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda.	1.382	989
SPEA Ingegneria Europea S.p.a.	311	311
Contern Construções e Comércio Ltda. (e)	4.533	-
Monte Verde de Lins Empresa Im. Ltda.	39	39
Total	<u>6.438</u>	<u>1.512</u>

<u>Transações</u>	Consolidado	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas financeiras líquidas:		
Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A. (c)	268.189	217.584
Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (b)	13.482	8.782

- (a) Refere-se a contas a receber de execução de serviços de assessoria e gestão das controladas, sendo os custos reembolsados pelas controladas. Os adiantamentos serão quitados com a prestação de serviços nos meses subsequentes.

- (b) Em 5 de agosto de 2014 a Sociedade adquiriu, por meio de contrato de cessão de crédito com a coligada Cibe Participações e Empreendimentos S.A., contas a receber da controlada em conjunto, Concessionária Rodovias do Tietê S.A. Como contrapartida a Sociedade pagou o valor de R\$26.000 à cessionária, resultando em um ganho de R\$3.050. Em 30 de junho de 2015, a Sociedade adquiriu parcela adicional de R\$27.500 por meio de contrato de cessão de crédito com a empresa Ascendi International Holding B.V., controladora em conjunto da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. Os créditos são remunerados a 100% da taxa CDI, acrescida de 0,5% ao mês.
- (c) Debêntures (ativo) - em 29 de junho de 2012, a então controlada Atlantia Bertin Concessões S.A. subscreveu de uma de suas partes relacionadas, Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A., a primeira emissão de 25 debêntures simples, conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor unitário de R\$24.800 e com vencimento em 31 de julho de 2028. Com a incorporação, ocorrida em 31 de julho de 2015, essas debêntures foram incorporadas pela Sociedade. As subscrições ocorridas são apresentadas a seguir:

<u>Data de emissão</u>	<u>Série</u>	<u>Quantidade emitida</u>	<u>Valor unitário (real)</u>	<u>Valor total (real)</u>	<u>Valor unitário (nominal)</u>	<u>Valor total (nominal)</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
29/12/2013	1ª série	25	24.800	620.000	24.800	620.000	1.083.962	933.296
01/03/2013	2ª série	10	25.000	250.000	26.687	266.872	436.921	376.182
05/03/2014	3ª série	5	25.000	125.000	28.498	142.490	208.580	179.584
11/10/2013	4ª série	4	25.000	100.000	27.500	110.000	168.575	145.140
29/08/2014	4ª série	1	21.000	21.000	22.163	22.163	30.950	26.597
Total							<u>1.928.988</u>	<u>1.660.799</u>

As debêntures são atualizadas a 100% da variação acumulada da taxa CDI, acrescida de juros que variam de 1,6448% a 3,2% ao ano, com previsão de pagamento integral na data de vencimento. Os recursos da emissão das referidas debêntures foram investidos no sistema de concessão do Rodoanel Leste, a ser operado por empresa que pertence a um dos controladores da Sociedade. Em 20 de fevereiro de 2014, foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas da parte relacionada Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A., que aprovou aditamento da remuneração das debêntures ativas da Sociedade. De 1º de fevereiro a 31 de julho de 2014 incidiram juros de 10,192% sobre o valor nominal unitário das debêntures. Após tal período até setembro de 2016, as debêntures foram remuneradas a 100% de variação das taxas diárias dos DI e juros de 1,6448%. A partir de outubro de 2016, a remuneração é de 100% de variação das taxas diárias dos DI e juros de 2,6448%.

- (d) A controlada Colinas possuía mútuo com sua antiga controladora Cibe Investimento e Participações S.A. Esse saldo foi transferido, em 29 de junho de 2012, para a Atlantia Bertin Concessões S.A. (incorporada pelas concessionárias controladas como explicado anteriormente). Sobre esse saldo incidem juros equivalentes a 30% das taxas médias diárias dos DI, expressas na forma de percentual anual, em base a 252 dias úteis, tendo como vencimento final 31 de dezembro de 2016, podendo ser renovável por igual período. Em 12 de abril de 2016, foram amortizados R\$171.392 de juros do saldo de mútuo com a controlada Colinas, com saldo de dividendos distribuídos na mesma data. Em 12 de dezembro de 2016, foi prorrogado o vencimento para 31 de dezembro de 2021, e a taxa de remuneração foi alterada para 10% acima das taxas médias diárias dos DI de um dia, expressa de forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, aplicados a partir de 1º de janeiro de 2017.

Em 29 de junho de 2012 a Atlantia Bertin Concessões S.A. emitiu 1.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor unitário de R\$500 e valor total de R\$900.000, com vencimento em 29 de dezembro de 2013. A controlada Colinas adquiriu 800 debêntures, totalizando R\$400.000, e a controlada Triângulo do Sol adquiriu 1.008 debêntures, totalizando R\$500.000. As debêntures são atualizadas a 100% da variação acumulada da taxa CDI, acrescida de juros que variam de 2,8% a 3,2% ao ano, que serão pagos integralmente na data de vencimento. Essas debêntures foram repactuadas em 11 de dezembro de 2013 e seu vencimento prorrogado para 28 de janeiro de 2014. Em 20 de fevereiro de 2014, foi prorrogado o vencimento das debêntures da primeira série até 15 de abril de 2020. As debêntures da 2ª série passaram a ter seu vencimento em 15 de outubro de 2020. Os juros remuneratórios das debêntures foram alterados para 3,2% entre os dias 29 de junho de 2013 e 31 de janeiro de 2014, 1,35% de 1º de fevereiro de 2014 a 14 de agosto de 2017 e 1,6448% de 15 de agosto de 2017 até a data de seu vencimento. Os juros remuneratórios serão pagos integralmente na data do vencimento, sendo incorporados a cada período de capitalização. Os recursos da emissão das referidas debêntures foram investidos no sistema de concessão do Rodoanel Leste, por meio da Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A. pela compra de debêntures emitidas pela empresa mencionadas anteriormente. O pagamento dessas debêntures ocorrerá, primariamente, por meio do caixa gerado pela operação do Rodoanel Leste, bem como pela operação das demais empresas concessionárias de rodovias controladas pelo Grupo.

Em Assembleia Geral de Debenturistas ocorrida em 12 de abril de 2016, a Sociedade recomprou 226 debêntures de titularidade da controlada Triângulo do Sol pelo valor de R\$178.044, utilizando-se de crédito decorrente da distribuição de dividendos ocorrida na mesma data. As 226 debentures adquiridas foram posteriormente canceladas pela Sociedade.

- (e) Refere-se à prestação de serviços direcionados a obras de duplicação.
- (f) Adiantamentos relacionados à prestação de serviços de construção e de gestão técnica das obras, classificados no grupo de intangível, que se referem a obras de melhoria da rodovia da controlada Nascentes das Gerais.

A remuneração dos principais administradores, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Sociedade e de suas controladas, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, o que inclui salário, benefícios, remuneração variável e respectivos encargos, conforme demonstrado no quadro a seguir. A Sociedade e suas controladas não oferecem benefícios de longo prazo, rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada nem remuneração com base em participações societárias para os administradores e outros funcionários.

O montante destinado e reconhecido como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$12.214 (R\$10.363 em 2015), os quais fazem parte da remuneração anual dos administradores aprovada pela Assembleia Geral.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
	<u>Consolidado</u>	
Salários	8.328	7.208
Encargos	1.840	1.928
Outros benefícios	2.046	1.227
Total	<u>12.214</u>	<u>10.363</u>

## 12. CREDOR PELA CONCESSÃO

Refere ao saldo do ônus da concessão, composto pelos valores devidos ao D.E.R./SP pela outorga das concessões das controladas Colinas e Triângulo do Sol.

Colinas

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em março de 2000. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês. Os saldos foram calculados a valor presente à taxa de 5%, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.5.

Triângulo do Sol

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em junho de 1998. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês. Os saldos foram calculados a valor presente à taxa de 6%, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.5.

O montante consolidado do ônus é apresentado como segue:

	Consolidado			
	Valor presente		Valor nominal (*)	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<u>Circulante</u>				
Direito de outorga (a)	36.111	33.094	37.221	34.120
Parcela variável (b)	1.415	1.353	1.415	1.353
Total	<u>37.526</u>	<u>34.447</u>	<u>38.636</u>	<u>34.473</u>
<u>Não circulante</u>				
Direito de outorga (a)	30.403	59.220	33.353	66.692
Total	<u>30.403</u>	<u>59.220</u>	<u>33.353</u>	<u>66.692</u>

(\*) Valores nominais atualizados até a data de encerramento do exercício, inseridos somente como informação adicional.

(a) Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado pelo valor fixo, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. O montante ajustado a valor presente foi determinado conforme segue:

- Circulante: apurado com base nas 12 parcelas a vencer em 2017. O valor dessas parcelas foi determinado tomando-se por base o último reajuste da tarifa de pedágio.
- Não circulante: atualizado com base na variação do IGP-M desde o último reajuste de pedágio até a data do balanço.

O saldo total devido em 31 de dezembro de 2016 corresponde a 38 parcelas mensais da Colinas e 17 parcelas mensais referentes à Triângulo do Sol.

(b) O saldo variável da controlada Colinas correspondente a 1,5% da receita de pedágio e 23,5% das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. O saldo variável da controlada Triângulo do Sol correspondente a 1,5% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$50.725 - R\$34.858 referentes a direito de outorga fixo e R\$15.867, variável (R\$47.959 em 2015 - R\$32.376 referentes ao direito de outorga fixo e R\$15.583, variável).

As parcelas relativas ao valor nominal atualizado do direito de outorga, classificadas nos passivos circulante e não circulante, apresentam o seguinte cronograma anual de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2016	-	34.120
2017	37.221	35.212
2018	21.604	20.144
2019	10.070	9.382
2020	1.679	1.954
Total	<u>70.574</u>	<u>100.812</u>

### 13. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

As controladas têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes a ações derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas e tributários.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que sua decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira nem o resultado de suas operações em virtude dos depósitos judiciais referentes às provisões tributárias.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e tributários é conforme segue:

	<u>Consolidado</u>					<u>31/12/2016</u>
	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	
Riscos:						
Cíveis (a)	6.202	10.689	(2.892)	(1.349)	895	13.545
Trabalhistas (b)	2.532	6.423	(4.465)	(263)	842	5.069
Tributários (c)	12.736	25.314	-	-	-	38.050
Outras contingências (d)	<u>11.302</u>	<u>13.175</u>	<u>(2.655)</u>	<u>(1.474)</u>	<u>692</u>	<u>21.040</u>
Subtotal	32.772	55.601	(10.012)	(3.086)	2.429	77.704
Depósitos judiciais (c)	<u>(10.893)</u>	<u>(25.229)</u>	-	-	-	<u>(36.122)</u>
Total	<u>21.879</u>	<u>30.372</u>	<u>(10.012)</u>	<u>(3.086)</u>	<u>2.429</u>	<u>41.582</u>

	<u>Consolidado</u>					<u>31/12/2015</u>
	<u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	
Riscos:						
Cíveis (a)	4.964	2.300	(449)	(715)	102	6.202
Trabalhistas (b)	3.285	298	(275)	(1.542)	766	2.532
Tributários (c)	-	12.736	-	-	-	12.736
Outras contingências (d)	-	<u>11.796</u>	<u>(205)</u>	<u>(289)</u>	-	<u>11.302</u>
Subtotal	8.249	27.130	(929)	(2.546)	868	32.772
Depósitos judiciais (c)	-	<u>(10.893)</u>	-	-	-	<u>(10.893)</u>
Total	<u>8.249</u>	<u>16.237</u>	<u>(929)</u>	<u>(2.546)</u>	<u>868</u>	<u>21.879</u>

- (a) Corresponderem substancialmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias.
- (b) Corresponderem, principalmente, a pleitos de indenizações por danos materiais e morais e reclamações de horas extras e aviso prévio, não existindo processo de valor individual relevante.
- (c) Os riscos tributários devem-se ao fato de a Sociedade e suas controladas estarem discutindo judicialmente a legalidade do Decreto nº 8.426/15, que revogou o artigo 3º do Decreto nº 5.442/05, o qual reduzia a zero as alíquotas do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre receitas financeiras das pessoas jurídicas sujeitas ao regime de incidência não cumulativo. A Sociedade impetrou mandado de segurança preventivo alegando que o Decreto nº 8.426/15 viola o artigo 150 da Constituição Federal e o artigo 97 do Código Tributário Nacional - CTN, já que a majoração de alíquotas de PIS e COFINS por meio de decreto não encontra amparo no texto constitucional. Os montantes apurados de impostos do exercício estão sendo depositados judicialmente até que a decisão final transite em julgado. Eventual resultado adverso não resultará em impacto financeiro.
- (d) Corresponderem substancialmente a processos administrativos impetrados pelo Poder Concedente, em razão do gerenciamento de indicadores contratuais relacionados à conclusão das obras.

Adicionalmente, as controladas são parte em processos cíveis (indenizações por acidentes nas rodovias e ações declaratórias) no valor de R\$85.466 (R\$68.559 em 2015), trabalhistas (horas extras e adicional de insalubridade, entre outros) no valor de R\$25.229 (R\$28.876 em 2015) e administrativos (contestação de notificações aplicadas pelo Poder Concedente referente a gerenciamento de indicadores contratuais) no valor de R\$147.160 (R\$33.056 em 2015) ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Adicionalmente, a controlada Colinas está envolvida em ação declaratória proposta pela ARTESP e o Governo do Estado de São Paulo, em que se discute a anulação do Termo Aditivo e Modificativo nº 19/06, que, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, aumentou o prazo de concessão, sendo o risco classificado como possível de perda, de acordo com seus advogados.

O saldo de depósitos e bloqueios judiciais consolidado, no montante de R\$63.987 em 31 de dezembro de 2016 (R\$18.745 em 2015), classificado no ativo não circulante, refere-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto pela Administração da Sociedade e de suas controladas. O aumento do valor de depósitos em 2016 corresponde a processo administrativo da controlada Nascentes das Gerais com o Poder Concedente. Estão em curso negociações para a definição de um acordo que inclua todas as arbitragens e discussões, incluindo o valor de contas a receber da controlada mencionado na nota explicativa nº 4.

#### 14. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS

A provisão para manutenção e investimentos nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos, substituições, serviços de construção e melhorias. Na provisão para investimentos são considerados os valores até o final da concessão e na para manutenção são considerados os valores da próxima intervenção que ocorrem, em média, a cada quatro anos.

A movimentação do saldo da provisão para manutenção e investimentos é conforme segue:

	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	183.697	136.920	320.617
Adições e atualizações	109.056	15.063	124.119
Utilizações	<u>(63.977)</u>	<u>(20.356)</u>	<u>(84.333)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	228.776	131.627	360.403
Adições e atualizações	101.303	15.796	117.099
Utilizações	(96.551)	(11.430)	(107.981)
Reversões (*)	<u>-</u>	<u>(51.494)</u>	<u>(51.494)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>233.528</u>	<u>84.499</u>	<u>318.027</u>
Circulante	129.563	36.573	166.136
Não circulante	<u>103.965</u>	<u>47.926</u>	<u>151.891</u>
Total	<u>233.528</u>	<u>84.499</u>	<u>318.027</u>

(\*) A controlada Nascentes das Gerais revisou os investimentos que não geram receita adicional; estes foram revisados de acordo com o cronograma de obras atualizado e a melhor estimativa de desembolsos futuros, ocasionando uma reversão de R\$51.494 majoritariamente correspondente a ajuste a valor presente, já que o maior volume de obras deverá ser realizado entre os anos de 2017 a 2029.

As taxas anuais utilizadas para o cálculo do valor presente correspondem a 12,81% ao ano para a provisão para investimento e 14,25% ao ano para a provisão para manutenção.

## 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é de R\$738.653 e está representado por 209.254 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Participação</u>
Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda.	104.628	50%
Hauolimau Empreendimentos e Participações S.A.	104.626	50%

### Reserva de capital

Durante o exercício de 2012, ocorreram transações societárias que resultaram no início das operações da Sociedade. No reconhecimento dessas transações foram apurados os valores justos do direito de concessão adquirido na combinação de negócios quando da aquisição do controle das então controladas Colinas e Triângulo do Sol, cuja contrapartida foi a rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido na controlada Atlantia Bertin Concessões S.A. e, de forma reflexa, na Sociedade.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 16 de junho de 2015 foi aprovada a incorporação da controlada Triângulo do Sol Participações S.A. pela Atlantia Bertin Concessões S.A. O acervo líquido incorporado, no valor de R\$3.372, conforme demonstrado na nota explicativa nº 1, foi utilizado para aumento de capital na Atlantia Bertin Concessões S.A. com emissão de 402.164 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As conferências de bens e obrigações foram efetuadas com base em laudos preparados por peritos independentes na data-base 30 de abril de 2015, e a finalização dessas operações ocorreu em 16 de junho de 2015. Nesse período entre 30 de abril e 16 de junho de 2015 ocorreram transações entre os acionistas que geraram variações de participação, sendo a contrapartida dessas variações registrada na rubrica "Reserva de capital" na Atlantia Bertin Concessões S.A. e, de forma reflexa na Sociedade, na rubrica de "Reserva de lucros retidos", no valor total de R\$31.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2015, foi aprovada a cisão total da Atlantia Bertin Concessões S.A. e incorporação de suas parcelas cindidas pela Sociedade e demais empresas do Grupo, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. A Sociedade, única acionista da Atlantia Bertin Concessões S.A., passou a ser a controladora direta da Triângulo do Sol, Colinas, Nascentes das Gerais e Soluções e da controlada em conjunto Rodovias do Tietê.

Em 16 de novembro de 2015, em Assembleia Geral Extraordinária, foi alterada a denominação social da Sociedade de Infra Bertin Participações S.A. para AB Concessões S.A.

#### Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A reserva legal é calculada no fim de cada exercício social, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, até o valor máximo estabelecido em Lei (20% do capital social).

O lucro remanescente, após as destinações previstas em Lei e destinação de dividendos mínimos obrigatórios de 25%, é classificado na rubrica "Lucros retidos". O saldo dessa reserva, que inclui o saldo de lucros remanescentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, está sendo transferido, conforme proposta da Administração, para a rubrica "Reserva de retenção de lucros retidos", no pressuposto de sua aprovação/destinação pela Assembleia Geral Ordinária.

O cálculo dos dividendos propostos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 está assim demonstrado:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido do exercício	141.341	282.143
(-) Constituição de reserva legal – 5%	<u>(7.067)</u>	<u>(14.107)</u>
Lucro-base para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios	<u>134.274</u>	<u>268.036</u>
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	<u>33.569</u>	<u>67.009</u>

Em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de janeiro de 2015 foi aprovada distribuição de dividendos no valor de R\$120.000, sendo R\$32.824 de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2014 e R\$87.176 de dividendos adicionais, tendo como base o saldo de reserva de lucros em 30 de novembro de 2014. Desse montante, foram pagos R\$60.000 para a acionista Hauolimau Empreendimentos e Participações S.A.

## 16. RECEITA LÍQUIDA - CONSOLIDADO

A receita é composta conforme a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita com arrecadação de pedágio	1.068.997	1.047.206
Outras receitas - contraprestação pecuniária	10.117	10.605
Outras receitas	21.444	19.913
Receita de serviços de construção	<u>217.919</u>	<u>226.417</u>
Receita bruta	1.318.477	1.304.141
Impostos sobre a receita:		
Imposto Sobre Serviços - ISS	(53.660)	(52.441)
PIS	(7.458)	(7.310)
COFINS	(34.414)	(33.736)
Outras deduções	<u>(1.547)</u>	<u>(1.553)</u>
Receita líquida	<u>1.221.398</u>	<u>1.209.101</u>

## 17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>Controladora (*)</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Despesas de depreciação e amortização	(2.839)	(996)
Despesas com prestadores de serviços	(4.795)	(1.344)
Despesas com funcionários	(20.040)	(7.894)
Despesas com materiais e equipamentos	(493)	(268)
Outras despesas	(3.187)	(1.930)
Outras receitas, líquidas	<u>20.154</u>	<u>8.249</u>
Total	<u>(11.200)</u>	<u>(4.183)</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Despesas de conserva, manutenção e operação das rodovias	(106.218)	(147.095)
Despesas de depreciação e amortização	(373.732)	(346.824)
Despesas com o ônus variável da concessão	(15.928)	(15.658)
Despesas com prestadores de serviços	(33.692)	(27.596)
Despesas com funcionários	(90.702)	(81.768)
Despesas com materiais e equipamentos	(21.859)	(23.151)
Despesas com construção	(217.919)	(226.417)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.659)	-
Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(22.789)	(11.922)
Outras despesas	(31.915)	(27.560)
Outras receitas, líquidas	<u>3.732</u>	<u>501</u>
Total	<u>(912.681)</u>	<u>(907.490)</u>

Classificadas como:

Custo dos serviços prestados	(574.705)	(586.967)
Despesas gerais e administrativas	(341.708)	(321.024)
Outras receitas operacionais, líquidas	<u>3.732</u>	<u>501</u>
Total	<u>(912.681)</u>	<u>(907.490)</u>

(\*) A Sociedade executa serviços de assessoria e gestão para as controladas, sendo os custos reembolsados pelas controladas. Os valores referentes a junho de 2015 estão registrados na então controlada indireta Atlantia Bertin Concessões S.A., que foi cindida em 31 de julho de 2015, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

## 18. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas financeiras:		
Receita com rendimentos de aplicações financeiras e outras	35	35
Juros com partes relacionadas (*)	<u>281.671</u>	<u>104.815</u>
	<u>281.706</u>	<u>104.851</u>
Despesas financeiras:		
Juros com partes relacionadas (*)	(225.706)	(125.125)
Comissões bancárias e outras	(284)	(80)
Outras despesas financeiras líquidas	<u>(13.164)</u>	<u>(4.894)</u>
	<u>(239.154)</u>	<u>(130.099)</u>
Resultado financeiro	<u>42.552</u>	<u>(25.249)</u>

(\*) Os valores referentes a junho de 2015 estão registrados na então controlada indireta Atlantia Bertin Concessões S.A., que foi cindida em 31 de julho de 2015, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, sendo este o motivo da variação observada.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas financeiras:		
Receita com rendimentos de aplicações financeiras e outras	30.754	43.492
Juros com partes relacionadas	281.671	226.366
Resultado de instrumentos financeiros	135.053	106.034
Ônus fixo	5.380	5.305
Outras receitas financeiras	<u>935</u>	<u>935</u>
	<u>453.793</u>	<u>382.132</u>
Despesas financeiras:		
Variação monetária do direito de outorga de concessão - ônus fixo	(7.673)	(8.540)
Variação do ajuste a valor presente	(27.425)	(8.754)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures	(327.848)	(328.122)
Despesas com operações com instrumentos financeiros	(129.487)	(77.078)
Comissões bancárias e outras	(3.585)	(17.310)
Outras despesas financeiras	<u>(31.569)</u>	<u>(14.969)</u>
	<u>(527.587)</u>	<u>(454.773)</u>
Resultado financeiro	<u>(73.794)</u>	<u>(72.641)</u>

## 19. LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício e a média ponderada das ações, utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação:

<u>Básico e diluído</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido do exercício	141.341	282.143
Média ponderada de ações durante o exercício	<u>209.254</u>	<u>209.254</u>
Resultado por ação – básico e diluído (em R\$)	<u>675,45</u>	<u>1.348,33</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Sociedade não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação; portanto, o lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

## 20. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

### Informações suplementares

	Controladora	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa desembolsado durante o exercício referente a imposto de renda e contribuição social	6.316	-
Compensação de juros a receber de mútuos de partes relacionadas com dividendos distribuídos	(349.436)	-
Compensação de valores a receber de partes relacionadas com dividendos distribuídos	(10.000)	-
Dividendos propostos por controladas	-	85.903
Saldos incorporados:		
Contas a receber - partes relacionadas	-	(3.312)
Impostos a recuperar	-	(328)
Dividendos a receber	-	(15.038)
Outros ativos	-	(994)
Debêntures - partes relacionadas	-	(1.632.228)
Imobilizado	-	(3.136)
Intangível	-	(5.274)
Fornecedores e partes relacionadas	-	2.966
Obrigações tributárias	-	2.515
Obrigações sociais e trabalhistas	-	3.896
Outras contas a pagar	-	14
Debêntures - partes relacionadas	-	1.197.829
Investimento - parcela de equivalência já reconhecida	-	453.935
Caixa líquido, incorporado	-	(845)
	Consolidado	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa desembolsado durante o exercício referente a imposto de renda e contribuição social	179.087	205.223
Fornecedor de intangível a pagar	9.619	38.047
Transferência de provisão para investimentos para intangível	(11.430)	(20.356)
Partes relacionadas	-	(81)
Saldos incorporados:		
Impostos a recuperar	-	(118)
Reserva de capital	-	31
Caixa líquido, incorporado	-	(145)

## 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

### Gestão de risco de capital

A Administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Os objetivos da Administração são de salvaguardar a capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

#### Índice de endividamento

O índice de endividamento da controladora e consolidado é o seguinte:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dívida – partes relacionadas	1.543.361	1.667.091
Caixa e equivalentes de caixa	(122)	(358)
Dívida líquida	<u>1.543.239</u>	<u>1.666.733</u>
Patrimônio líquido	2.871.354	2.763.582
Índice de endividamento líquido	0,54	0,60
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dívida – debêntures e empréstimos e financiamentos	2.220.611	2.092.530
Caixa e equivalentes de caixa	(148.356)	(235.705)
Dívida líquida	<u>2.072.255</u>	<u>1.856.825</u>
Patrimônio líquido	2.871.354	2.763.582
Índice de endividamento líquido	0,72	0,67

O índice de endividamento líquido consolidado em 31 de dezembro de 2016 é de 0,72 (0,67 em 2015), como resultado da emissão de debêntures públicas (nota explicativa nº 9) por suas controladas Colinas e Triângulo do Sol, cujos recursos foram destinados para amortização de dívidas de curto e longo prazos, bem como para a aquisição de debêntures simples emitidas pela Atlantia Bertin Concessões S.A. (nota explicativa nº 11) e de debêntures privadas por sua controlada Nascentes das Gerais, como resultado da 3ª emissão de debêntures, cujos recursos foram destinados ao cumprimento do cronograma de investimentos. As debêntures da controlada Nascentes das Gerais são um empréstimo-ponte e foram emitidas tendo em vista o financiamento de longo prazo com outros agentes financeiros. Caso a controlada Nascentes das Gerais não obtenha êxito nos contratos de financiamento com as instituições financeiras, os recursos poderão ser repassados pela Sociedade.

#### Valor justo dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ao custo amortizado:

Os instrumentos financeiros mantidos pelo Grupo são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

1. O caixa, os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras vinculadas estão substancialmente indexados ao CDI.
2. As contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores possuem prazo médio de 30 dias.

3. As contas a receber de partes relacionadas possuem prazo superior a um ano e estão atreladas a operações futuras de empresas vinculadas a um de seus controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 11 e incorporam os juros a receber até a data do balanço.
4. As debêntures descritas na nota explicativa nº 9 possuem taxas de juros pós-fixadas.
5. Credor pela concessão refere-se ao compromisso assumido com o Poder Concedente, conforme mencionado na nota explicativa nº 12, e está atualizado monetariamente e ajustado a valor presente até a data do balanço.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente, quando aplicável.

Caso a Administração adotasse o critério de reconhecer os passivos de empréstimos, financiamentos e debêntures aos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	Controladora			
	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	<u>1.543.361</u>	<u>1.516.839</u>	<u>1.667.091</u>	<u>1.635.314</u>
	Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (b)	<u>547.559</u>	<u>551.338</u>	<u>588.371</u>	<u>596.676</u>

(a) Valores de debêntures a pagar para as controladas Colinas e Triângulo do Sol.

(b) Valores brutos dos custos de transação da controlada Nascentes das Gerais.

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros mantidos pela Administração, conforme suas características:

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
<u>Ativos</u>	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	122	358
Partes relacionadas - debêntures e contas a receber	2.009.864	1.728.602
Outros ativos	963	977
	<u>Passivos financeiros ao custo amortizado</u>	
<u>Passivos</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fornecedores e fornecedores - partes relacionadas	31.071	7.172
Debêntures - partes relacionadas	1.543.361	1.667.091

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
<u>Ativos</u>	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	148.356	235.705
Partes relacionadas - debêntures e contas a receber	2.009.864	1.728.193
Contas a receber e contas a receber - Poder Concedente	78.025	120.274
Outros ativos	5.825	4.381
	<u>Avaliado ao valor justo por meio do resultado</u>	
Instrumentos financeiros	129.486	60.060
	<u>Passivos financeiros ao custo amortizado</u>	
<u>Passivos</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fornecedores e fornecedores - partes relacionadas	93.517	88.696
Debêntures e empréstimos e financiamentos	2.220.611	2.092.530
Credor pela concessão	67.929	93.667
Outras contas a pagar	26.616	25.465

#### Instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo

As contratações de instrumentos financeiros derivativos têm o objetivo de proteção ao risco de variação da inflação de suas debêntures que possuem correção indexada ao IPCA, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9, e foram firmadas com várias contrapartes. Os derivativos avaliados com técnicas de avaliação com informações observáveis de mercado são principalmente "swaps" de taxa de juros.

A Sociedade e suas controladas utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação:

- Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Nível 3: são os obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2016, as controladas Triângulo do Sol e Colinas mantinham os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo determinados de acordo com o Nível 2, pois consideram outras variáveis na mensuração, e não apenas o preço dos produtos.

A controlada Colinas contratou "swap" para troca de taxa prefixada de 5% a 5,7% ao ano adicional à variação do IPCA, por variação do CDI mais 0,279% a 0,677% ao ano. A controlada Triângulo do Sol contratou "swap" para troca de taxa prefixada de 5,4% ao ano adicional à variação do IPCA, por variação do CDI mais 0,725% ao ano.

Essas operações, assim como a dívida (objeto do "hedge") estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de "hedge" de valor justo.

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa e trazendo a valor presente, utilizando as taxas de DI de mercado para "swaps", divulgadas, também, pela BM&FBovespa.

Os contratos de "swap" são designados e efetivos como "hedge" de valor justo em relação à taxa de juros. Durante o exercício, o "hedge" foi 100% efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros, e, como consequência, o valor contábil das debêntures foi ajustado em R\$33.107 e reconhecido no resultado como despesa financeira no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A posição consolidada desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2016, é como segue:

Descrição	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência (nocial)	Valor justo ("fair value") 31/12/2016	Valor justo ("fair value") 31/12/2015	Efeito acumulado Valor a receber (pagar)
Contrato ponta ativa (taxa pós):							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	15/10/2020	IPCA 5,00%	40.000	36.590	39.648	(3.058)
	12/06/2013	17/04/2023	IPCA + 5,70%	100.000	132.262	116.396	15.866
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	50.000	41.750	47.520	(5.770)
	12/06/2013	15/10/2020	IPCA + 5,00%	54.778	50.108	54.296	(4.188)
	12/06/2013	17/04/2023	IPCA + 5,70%	157.265	208.001	183.050	24.951
Banco BTG Pactual S.A.	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	260.000	217.099	247.103	(30.004)
	12/06/2013	15/10/2020	IPCA + 5,00%	30.000	27.442	29.736	(2.294)
	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	64.741	54.059	61.530	(7.471)
<b>Total</b>				<b>756.784</b>	<b>767.311</b>	<b>779.279</b>	<b>(11.968)</b>
Contrato ponta passiva (taxa pós):							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	15/10/2020	CDI + 0,69%	40.000	29.757	35.588	5.831
	12/06/2013	17/04/2023	CD I+ 0,25%	100.000	113.236	113.088	(148)
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,740%	50.000	33.902	42.389	8.487
	12/06/2013	15/10/2020	CDI + 0,294%	54.778	40.794	48.794	8.000
	12/06/2013	17/04/2023	CDI + 0,669%	157.265	177.690	177.450	(240)
Banco BTG Pactual S.A.	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,716%	260.000	176.203	220.296	44.093
	12/06/2013	15/10/2020	CDI + 0,29%	30.000	22.339	26.720	4.381
	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,747%	64.741	43.904	54.895	10.991
<b>Total</b>				<b>756.784</b>	<b>637.825</b>	<b>719.220</b>	<b>81.395</b>
Instrumentos financeiros, líquidos a realizar							129.486
Instrumentos financeiros, líquidos							69.427
Ajuste de valor justo das debêntures (item protegido)							(33.107)
Pagamento de instrumento financeiro							(30.753)
Efeito no resultado do período - receita financeira							5.566

A Sociedade e suas controladas não possuíam contratos de derivativos embutidos.

### Riscos de mercado

#### a) Exposição a riscos cambiais e de taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade e suas controladas não apresentavam saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. A Sociedade está exposta a riscos normais de taxas de juros de mercado.

#### b) Risco de crédito

Esse risco advém da possibilidade de a Sociedade e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos devidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Administração mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As controladas apresentam valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., conforme descrito na nota explicativa nº 4, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. Adicionalmente, a controlada Nascentes das Gerais possui valores a receber da SETOP referentes à contraprestação pecuniária, previstas no contrato de concessão, cujo recebimento depende da negociação com a SETOP, conforme mencionado na nota explicativa nº 4.

#### c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros consolidados não derivativos da Sociedade e de suas controladas e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício:

<u>Modalidade</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Juros estimados (i)</u>	<u>Até 90 dias</u>	<u>Mais de 90 dias</u>	<u>De 2 a 3 anos</u>	<u>De 4 a 5 anos</u>	<u>Acima de 6 anos</u>	<u>Total</u>
<b>Ativos circulantes e não circulantes:</b>								
Contas a receber	143.196	-	65.171	-	78.025	-	-	143.196
Debêntures - partes relacionadas	1.928.988	9.447.170	-	-	-	-	11.376.158	11.376.158
Contas a receber - partes relacionadas	80.876	665.427	-	-	-	-	746.303	746.303
Instrumentos financeiros líquidos	129.486	141.016	-	4.921	18.350	104.944	142.288	270.503
Outras contas a receber	5.824	-	-	5.824	-	-	-	5.824
<b>Total</b>	<b>2.288.370</b>	<b>10.253.613</b>	<b>65.171</b>	<b>10.745</b>	<b>96.375</b>	<b>104.944</b>	<b>12.264.749</b>	<b>12.541.984</b>
<b>Passivos:</b>								
Debêntures - principal (ii)	2.141.094	275.446	-	901.574	297.897	893.164	323.905	2.416.540
Debêntures - juros	71.168	482.615	-	229.868	129.769	166.824	27.322	553.783
Empréstimos e financiamentos	46.511	2.684	-	49.195	-	-	-	49.195
Instrumentos financeiros líquidos	-	30.100	-	18.906	11.194	-	-	30.100
Credor pela concessão (iii)	67.929	-	10.342	27.409	30.864	1.679	-	70.294
Fornecedores e partes relacionadas	93.517	-	42.180	51.337	-	-	-	93.517
Outras contas a pagar	26.616	-	1.399	25.217	-	-	-	26.616
<b>Total</b>	<b>2.446.835</b>	<b>790.845</b>	<b>53.921</b>	<b>1.303.506</b>	<b>469.724</b>	<b>1.061.667</b>	<b>351.227</b>	<b>3.240.045</b>

- (i) Fluxos de caixa futuros relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31 de dezembro de 2016 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos.
- (ii) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões da escritura das debêntures das controladas Colinas, Triângulo do Sol e Nascentes das Gerais. As amortizações de principal da 2ª e 3ª série da controlada Colinas e 2ª série da controlada Triângulo do Sol tiveram atualização monetária por IPCA, conforme escritura.
- (iii) Valores nominais.

## 22. SEGUROS CONTRATADOS

A Sociedade e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do mesmo ramo.

## 23. GARANTIAS

A Sociedade figura como garantidora das obrigações decorrentes das apólices de seguro-garantia da controlada Nascentes das Gerais. O valor máximo garantido pela apólice é de R\$92.571 referente ao seguro-garantia de ampliação de concessão e de R\$32.387 referente ao seguro-garantia de conservação da concessão. Adicionalmente, a Sociedade figura como fiadora da 3ª emissão de debêntures emitidas pela controlada.

A Sociedade figura, também, como garantidora das obrigações das apólices de seguro-garantia da controlada em conjunto Rodovias do Tietê. O valor máximo garantido pelas apólices é de R\$215.849. As garantias limitam-se a 50% dos valores, percentual de participação da Sociedade na controlada. A Sociedade é garantidora com a Ascendi International Holding B.V. de uma Cédula de Crédito Bancário - CCB com limite de R\$50.000 emitida pelo Banco Itaú S.A., com vencimento 29 de junho de 2017.

## 24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 12 de janeiro de 2017, a controlada Triângulo do Sol efetuou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final em 12 de janeiro de 2019. O montante total da emissão foi de R\$110.000, sendo 11.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10, em série única, as quais serão remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 1,7% ao ano, cujos recursos serão destinados para reforçar o capital de giro da Sociedade. A 3ª emissão possui cláusulas restritivas semelhantes às cláusulas da 2ª emissão divulgadas na nota explicativa nº 9.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de janeiro de 2017, a controlada Triângulo do Sol aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$87.777, sendo R\$56.800 oriundos de sua rubrica "Reservas de lucros" e R\$30.977 referentes a dividendos intercalares declarados pelo Conselho de Administração da controlada, com base em balanço patrimonial levantado em 30 de junho de 2016.

Em 13 de janeiro de 2017, a controlada Nascentes das Gerais realizou Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre a integralização do capital social remanescente da Sociedade, no valor de R\$20.000, integralizado em espécie, bem como aumento em seu capital social no montante de R\$100.000, com a emissão de 100.000 novas ações sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas.

Em 16 de janeiro de 2017, a controlada Nascentes das Gerais realizou o resgate total antecipado da 2ª série de suas debêntures da 3ª emissão, no valor total de R\$70.000. As debêntures da 1ª série seguem em circulação e terão seu vencimento final em 16 de abril de 2017.

Em 16 de janeiro de 2017, a controlada Nascentes das Gerais realizou Assembleia Geral Extraordinária, que deliberou sobre o pedido de registro de companhia aberta na CVM e teve aprovada a consolidação de seu estatuto.

Em 6 de março de 2017, a CVM deferiu o pedido de registro de emissor de que trata a Instrução CVM nº 480/09, na categoria "B" para a controlada Nascentes das Gerais.

## 25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo acionista da Sociedade e autorizadas para emissão em 31 de março de 2017.

---